

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ROBERTO DOS SANTOS GAIARDO

**A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA, E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES: A PARTIR DO
JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS.**

ERECHIM

2026

ROBERTO DOS SANTOS GAIARDO

**A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA, E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES: A PARTIR DO
JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gaiardo, Roberto dos Santos

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA, E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES: A PARTIR
DO JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS / Roberto dos Santos
Gaiardo. -- .

60 f.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Erechim, RS, .

I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ROBERTO DOS SANTOS GAIARDO

A Área Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e suas Consequências para os Pequenos Agricultores: a partir do Jornal Correio de Notícias

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado no curso de História/Prótera da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia **15/07/2026**.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti (orientador)



Documento assinado digitalmente
ISABEL ROSA GRITTI
Data: 16/07/2026 09:46:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga (avaliador)



Documento assinado digitalmente
GERSON WASEN FRAGA
Data: 15/07/2026 21:39:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Murillo Dias Winter (avaliador)



Documento assinado digitalmente
MURILLO DIAS WINTER
Data: 15/07/2026 22:26:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho ao Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra, e sua luta por
uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram em minha formação, e de forma especial a meus amigos e familiares que me apoiaram e incentivaram nesta caminhada. E minha sincera gratidão ao Instituto Josué de Castro e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por seu compromisso para com uma educação libertadora, e com a transformação da sociedade.

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar os impactos aos pequenos agricultores com a introdução da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, localizada no litoral norte do estado do Paraná, com o objetivo de compreender como os impactos a essa população foram retratados pelo jornal Correio de Notícias entre os anos de 1985 a 1987. Em vista desse objetivo foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, e uma análise de fontes utilizando periódicos do jornal Correio de Notícias a partir da ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira. A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba foi estabelecida nesse território pela importância ambiental e cultural dessa região. As restrições ambientais decorrentes desse processo impactaram de forma negativa a população local, que dependia da terra e dos recursos naturais deste território, que em sua maioria se tratavam de populações de cultura tradicional identificadas como caiçaras. Cultura essa que em certo grau contribuiu para a preservação e manutenção desse meio ambiente. Visto isso o retrato que se via a partir das linhas do Jornal Correio de Notícias era de que a introdução da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba estava sendo bem conduzida pelos órgãos do estado, e que a população local o “caiçara” era um sujeito atrasado, algo a ser superado pelo desenvolvimento regional. Conclui-se que apesar da introdução de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável isso não garantiu a preservação das práticas sustentáveis, e que o papel do Jornal nessa situação foi de defesa dos interesses políticos em detrimento dos pequenos agricultores.

Palavras-chave: caiçara; Área de Preservação Ambiental; jornal Correio de Notícias.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo identificar el impacto que la creación del Área de Protección Ambiental de Guaraqueçaba, situada en la costa norte del estado de Paraná, ha tenido en los pequeños agricultores, y comprender cómo el periódico Correio de Notícias reflejó dichos impactos entre los años 1985 y 1987. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica sobre el tema y un análisis de fuentes utilizando números del periódico Correio de Notícias a través del buscador de la Hemeroteca Digital Brasileña. La Área de Protección Ambiental de Guaraqueçaba se estableció en este territorio debido a su importancia medioambiental y cultural. Las restricciones medioambientales derivadas de este proceso afectaron negativamente a la población local, que dependía de la tierra y de los recursos naturales de este territorio. Esta población estaba compuesta en su mayoría por comunidades de cultura tradicional identificadas como «caiçaras». Esta cultura contribuyó en cierta medida a la preservación y el mantenimiento del medio ambiente. En vista de ello, la imagen que se desprendía de las líneas del Correio de Notícias era que la introducción de la Área de Protección Ambiental de Guaraqueçaba estaba siendo bien gestionada por los organismos estatales y que la población local, los caiçaras, eran personas atrasadas, algo que debía superarse mediante el desarrollo regional. Se concluye que la creación de una Unidad de Conservación de Uso Sostenible no garantizó la preservación de las prácticas sostenibles y que el papel del periódico fue defender los intereses políticos en detrimento de los pequeños agricultores.

Palabras clave: caiçara; Área de Protección Ambiental; periódico Correio de Notícias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios do litoral paranaense.....	17
Mapa 2 - Mapa de uso e cobertura da terra do Estado do Paraná.....	19
Mapa 3 - Mapa das Unidades de Conservação do estado do Paraná.....	20
Mapa 4 - Mapa de localização da APA de Guaraqueçaba.....	26
Mapa 5 - Localização das Comunidades, Indústrias e Serviços na APA de Guaraqueçaba.....	27

QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação no Litoral do Paraná.....	21
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Palavras chaves.....	52
Tabela 2 – Palavras chaves e suas ocorrências sobre o tema.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
BR	Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FISSET	Fundos de Investimentos Setoriais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Paraná
UC	Unidade de Conservação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	16
Características do Litoral Paranaense.....	16
As Unidades de Conservação no Litoral.....	19
Populações Tradicionais.....	27
O Caiçara.....	29
CAPÍTULO II.....	34
Breve Histórico da Região.....	35
Investimentos Públicos e Infraestrutura.....	39
Políticas de Proteção Ambiental.....	42
CAPÍTULO III.....	46
O Jornal Correio de Notícias.....	46
O Jornal como Fonte.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Na década de 1970 o litoral do estado do Paraná passava por profundas transformações envolvendo abertura de estradas, projetos de florestamento, introdução de fazendas principalmente de criação de búfalos. Situação que ocasionou grande impacto econômico, social e ambiental. Com o desenvolvimento econômico da região, que a partir de novas estradas e de políticas de financiamento no setor agrícola e florestal, se ampliou o espaço produtivo e capacidade de comercialização. Criando novos e tencionando conflitos fundiários entre fazendeiros e pequenos agricultores, que expressavam esse novo momento de disputa pelo controle das áreas produtivas.

Todo esse processo aumentou o desmatamento da floresta presente no litoral, causando muitos danos ambientais a um espaço de grande cobertura natural. O avanço da degradação e a riqueza natural em questão, foram fatores que levaram os governos estadual e federal a criar na década de 1980 ações em prol da proteção desse espaço. Iniciando assim um processo de demarcação de grandes áreas para a preservação do seu meio ambiente, áreas asseguradas por leis e decretos que colocaram sobre esses territórios uma série de regras e restrições em torno do uso da terra e dos recursos naturais.

Situação que trouxe várias soluções aos problemas ambientais que vinham ocorrendo na década de 1970, mas também trouxe muitas contradições a essa sociedade principalmente no meio agrário. Sendo que várias dessas áreas de proteção ambiental que vinham sendo introduzidas permitiam a permanência da população no seu interior, com a condição de que essa população se ajustasse às novas regras impostas a eles. Gerando tensões entre a população e os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dessas áreas.

Os sujeitos presentes no meio agrário eram principalmente pequenos agricultores, muitos ligados a comunidades tradicionais da região, como também fazendeiros criadores de búfalos, e essas tensões se davam principalmente com esses sujeitos. Conflito que se expressou de forma mais forte em relação aos pequenos agricultores, pois muitas vezes esses eram ligados a uma agricultura de subsistência muito presente na região, que previa práticas como queimada do mato para abertura de roças e grande prática extrativista. Essas práticas como muitas outras que garantiam a reprodução dessa população, foram submetidas a uma série de regras que ao longo de sua aplicação gerou muitos atritos e conflitos.

Uma dessas áreas de proteção ambiental é a Área de Proteção Ambiental¹ (APA) de Guaraqueçaba, que foi criada em 1985, e ilustra muito bem o que foi esse processo de implantação de áreas de preservação no litoral paranaense. A APA de Guaraqueçaba se estende por todo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, região norte do litoral paranaense.

É justamente o objetivo do trabalho a partir da introdução da APA de Guaraqueçaba entender melhor como se deu todo esse processo, mas principalmente quais impactos ele causou na região, e uma das formas encontradas para aprofundar essa compreensão além da bibliografia levantada nesse trabalho sobre o tema, foi buscar entender como esse processo de alguma forma foi debatido pela sociedade. E o caminho que busquei para isso, foi pesquisar fontes que poderiam conter informações sobre o processo de introdução das áreas de preservação no litoral norte paranaense.

Essa busca me levou a uma pesquisa na plataforma digital da Hemeroteca Nacional², em que encontrei alguns jornais paranaenses que publicaram na década de 1980, e entre eles o jornal “Correio de Notícias”. Periódico que atuou durante os anos de 1977 a 1995 sendo o único periódico disponível na Hemeroteca Nacional, que estava em atividade durante o ano de 1985 período que se efetivou a APA de Guaraqueçaba.

Jornal com sede em Curitiba, e teve boa abrangência no estado instalando filiais em cidades importantes do Paraná durante esses anos. E uma dessas filiais foi na cidade de Paranaguá, principal cidade do litoral do Paraná, acompanhando assim o período em que os processos envolvendo a proteção ambiental aconteceram na região, contendo relatos e matérias que tratam sobre esse tema.

Dessa forma para buscar desenvolver o conteúdo deste trabalho estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: “Este trabalho pretende entender, como foram retratados os efeitos sobre os pequenos agricultores do litoral norte paranaense, com a introdução da APA de Guaraqueçaba, a partir de uma análise do Jornal Correio de Notícias de 1985 a 1987”.

Portanto, para buscar responder tal problema de pesquisa se estabeleceu o objetivo de conhecer o contexto agrário da região, e entender qual era a realidade dos pequenos agricultores do território e como eles foram afetados pela introdução das APAs. Para assim

¹ As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foram criadas pelo Poder Executivo, e se trata de áreas destinadas à preservação do meio natural ligada à reprodução sustentável da vida da população presente no espaço. Estabelecendo normas que assegurem a preservação ambiental mas que ao mesmo tempo regulariza o uso da terra e dos recursos naturais (Rochadelli, 2013).

² A Hemeroteca Nacional é uma grande plataforma de buscas que contém grande quantidade de arquivos em seu acervo como jornais, revistas, acervo, documentos e etc. Possibilitando o livre acesso a esse material, permitindo sua cópia, digitalização e impressão dos materiais (Brasil, 2023).

compreender como o jornal Correio de Notícias retratou esse processo, a partir da análise das fontes disponíveis sobre esse tema. Seguido dos objetivos específicos que são: conhecer o contexto agrário da região, buscando entender qual era a realidade dos pequenos agricultores e posseiros da região; compreender o que é e como se deu a introdução da APA de Guaraqueçaba nesse espaço; analisar como o jornal Correio de Notícias retratou os efeitos causados pelas restrições ambientais a população desse território.

Desta forma a fim de cumprir os objetivos será realizada revisão bibliográfica que aborda o contexto agrário da região, localizando o processo de introdução da área de Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, dentro do período compreendido pela pesquisa. E realizar uma análise das matérias do jornal Correio de Notícias no período de 1985 a 1987.

Então no primeiro capítulo a ideia é apresentar a região estudada, trazendo aspectos como sua localização e bioma, como também situar o debate ambiental e como se deu o estabelecimento das unidades de conservação na região. E a conceituação de populações tradicionais, e o que são os caiçaras e sua relação com o território em debate.

No segundo capítulo trata de um breve histórico do litoral norte do Paraná e de seu meio agrário focando principalmente nos anos que antecedem o recorte temporal proposto para a análise. E também situar o debate em torno das políticas ambientais nas áreas de proteção ambiental em relação aos efeitos postos à população do campo.

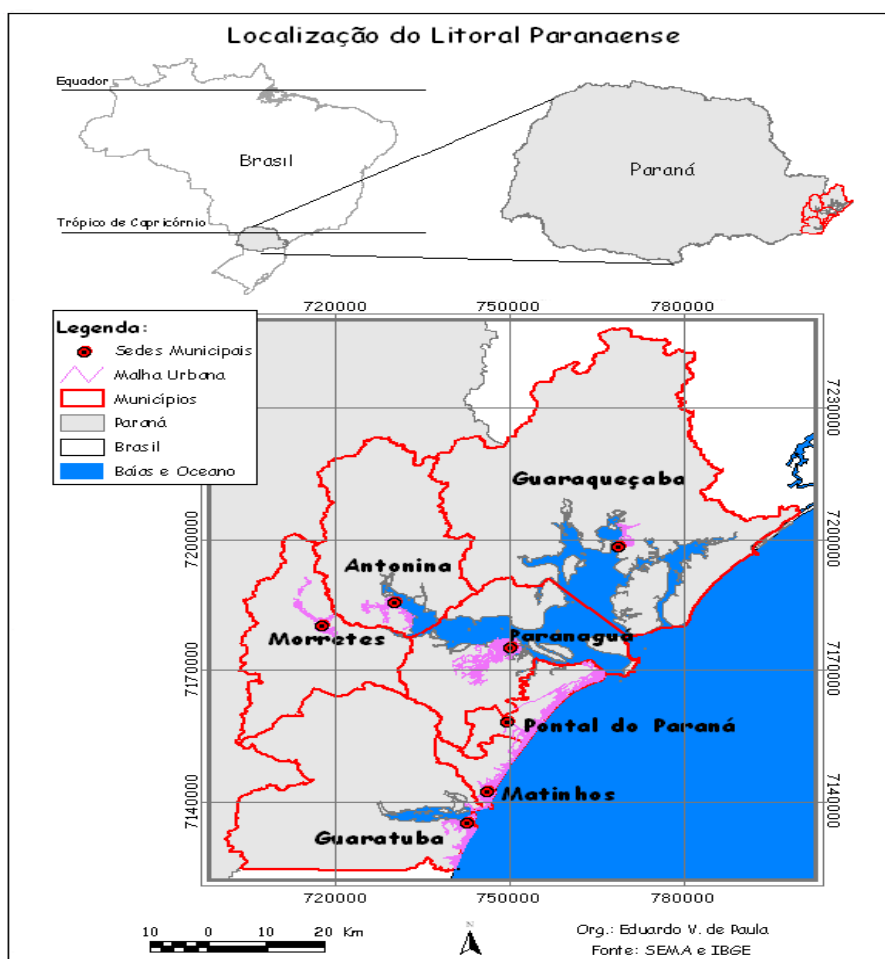
Já no terceiro capítulo o objetivo é apresentar primeiramente o jornal “Correio de Notícias”, trazendo aspectos de sua relevância e de sua influência, e qual foi a metodologia utilizada para a escolha das fontes. E desenvolver sobre a análise das fontes recolhidas relacionadas a bibliografia apresentada.

CAPÍTULO I

Características do Litoral Paranaense

A Região litorânea é composta pelos seguintes municípios: Paranaguá, Pontal do Paraná, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos e Morretes, região está que representa 3% do território do Estado. Está situado entre a Serra do Mar a oeste, e a leste se encontra o Oceano Atlântico, ao norte a fronteira com o Estado de São Paulo e ao sul faz fronteira com o estado de Santa Catarina. E essa região se encontra próxima a capital Curitiba, sendo Antonina a cidade mais próxima a 63 km de distância, e Guaraqueçaba a mais distante com 158 km (Borsatto, 2006).

Mapa 1 – Localização dos municípios do litoral paranaense



Fonte: (Procopiak, Leticia; Fernandes, Luciano; Moreira-Filho, Hermes, 2006, p. 4).

A serra do mar está entre o litoral e o planalto, fazendo parte assim da paisagem e geografia desse território litorâneo. Que é diverso em seu relevo contendo planaltos, planícies,

montanhas que chegam até 1600 m e ilhas com grande território na costa. E também destaca-se um grande complexo estuarino³, sendo que sua costa estuarina chega próximo de 1300 km, e a costa banhada pelo mar chega apenas a 100 km (Pierri, 2006).

O Paraná é considerado um dos estados brasileiro como maior remanescente de Mata Atlântica do país, sendo que 29% de sua área é coberto por vegetação nativa e dessa porção mais de 90% são do bioma Mata Atlântica (Paraná, 2020). E a maior parte dessa floresta se encontra no litoral paranaense, a região mais bem preservada do estado, como podemos perceber no mapa 2 em que a cor verde diz respeito à vegetação nativa.

A região contém os um dos últimos remanescentes de vegetação original do estado, tendo grande quantidade de espécies de plantas e animais da flora e fauna paranaense. É destacada a importância do Estuário Iguape-Cananéia, que é considerado um dos mais importantes ecossistemas de região litorânea, por sua preservação e diversidade ecológica pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que está localizado no litoral norte (Leal, 2000), que faz parte desta importante reserva de floresta presente nesse território como destaca Pierri.

O litoral do Paraná tem uma riqueza natural destacada. Tem a maior área contínua de Floresta Pluvial Atlântica ainda preservada, de alto valor ambiental pela grande biodiversidade, e que é parte da Reserva da biosfera de Mata Atlântica formalizada pela Unesco (Pierri et al., 2006, p.150).

Mapa 2 - Mapa de uso e cobertura da terra do Estado do Paraná



Fonte: (Paraná, 2020).

³ Segundo Magalhães (2024) o estuário é um espaço em que as águas de um rio se encontram com as águas do mar. É o espaço em que o rio deságua no mar, trazendo e depositando grande quantidade de matéria orgânica e nutrientes que se acumulam no estuário. Formando assim um local de grande riqueza biológica, sendo considerado um dos espaços naturais mais produtivos da terra.

Essa disposição de vegetação nativa desenvolveu no estado grande quantidade de Unidades de Conservação⁴ (UCs). No mapa 3 podemos ter uma ideia de como estão distribuídas as UCs no estado, nesse mapa estão em destaque as áreas federais, estaduais e municipais, e grande parte desse território preservado como já mencionado está concentrada no litoral (Paraná, 2020).

Mapa 3 - Mapa das Unidades de Conservação do estado do Paraná



Fonte: (Paraná, 2026).

As Unidades de Conservação no Litoral

O litoral do Paraná tem grande quantidade de Unidades de Conservação sendo que 82,6% de seu território está coberto por essas áreas, são 44 UCs de que compõem esse chamado “mosaico” de proteção ambiental. O termo mosaico é utilizado para se referir a situação de ter várias UC sobre o mesmo espaço uma sobreposta a outra, fazendo com que uma área protegida possa ter mais de uma legislação vigente, como também mais de um órgão responsável, formando áreas de gestão conjunta de órgãos federais e estaduais, por exemplo. No quadro 1 abaixo temos a relação das 44 UCs existentes no litoral do Paraná, sendo que muitas delas estão uma sobrepostas a outra formando um território com muitas nuances no que diz respeito a sua gestão e legislação ambiental Sulzbach; Archanjo; Quadros (2018).

⁴ A Unidade de Conservação é um território destinado à preservação de seu meio ambiente. Território que pode englobar também uma porção do mar ou rios caso seja necessário (que esteja dentro da jurisdição nacional), além de um espaço terrestre. E as Unidades de Conservação são divididas em categorias que as classificam e determinam o regimento ambiental de determinado espaço (Brasil, 2000).

Quadro 1 - Unidades de Conservação no Litoral do Paraná

Número*	Nome da Unidade de Conservação	Esfera de Gestão	Área (ha)**
1	Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Federal	4.374,2
2	Estação Ecológica Ilha do Mel	Estadual	2.191,7
3	Estação Ecológica do Guaraguaçu	Estadual	4.686,4
4	Reserva Biológica Bom Jesus	Federal	34.201,7
5	Parque Nacional do Superagui	Federal	34.113,7
6	Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Federal	24.366,5
7	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Federal	1.350,3
8	Parque Nacional Guaricana	Federal	49.300,0
9	Parque Estadual do Rio da Onça	Estadual	119,2
10	Parque Estadual Pico do Marumbi	Estadual	8.794,6
11	Parque Estadual da Graciosa	Estadual	1.147,6
12	Parque Estadual do Pau Oco	Estadual	880,8
13	Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Estadual	2.801,9
14	Parque Estadual do Boguaçu	Estadual	6.660,6
15	Parque Estadual do Palmito	Estadual	1.788,9
16	Parque Estadual da Ilha do Mel	Estadual	363,3
17	Parque Estadual da Serra da Baitaca	Estadual	3.008,8
18	Parque Estadual Pico do Paraná	Estadual	4.332,9
19	Parque Municipal da Cotinga	Municipal	854,8
20	Parque Municipal Rio Perequê (Manguezal)	Municipal	28,0

Número*	Nome da Unidade de Conservação	Esfera de Gestão	Área(ha)**
21	Parque Municipal da Restinga	Municipal	398,0
22	Parque Municipal Natural Lagoa do Parado	Municipal	3.509,6
23	Parque Municipal Morro do Boi	Municipal	13,7
24	Parque Municipal Morro do Sambaqui	Municipal	6,3
25	Parque Municipal Praia Grande	Municipal	17,3
26	Parque Municipal do Sertãozinho	Municipal	20,3
27	Parque Municipal do Tabuleiro	Municipal	3,6
28	Parque Municipal do Guará	Municipal	6,6
29	Parque Municipal Linear do Emboguaçu	Municipal	27,3
30	Parque Municipal Ilha dos Valadares	Municipal	41,0
31	Reserva Natural Salto Morato/Fazenda Figueira	Particular / FGB	2.252,8
32	RPPN Reserva Ecológica Sebuí	Particular	425,7
33	RPPN Sítio do Bananal	Particular	31,5
34	Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa	Particular / SPVS	6.702,1
35	Reserva Natural Guaricica	Particular / SPVS	8.847,8
36	Reserva Natural das Águas	Particular / SPVS	3.426,6
37	RPPN Vô Borges	Particular	12,5
38	RPPN Perna do Pirata	Particular	18,6
39	RPPN Reserva da Pousada Graciosa	Particular	23,4
40	RPPN Encantadas	Particular	19,4
41	APA Federal de Guaraqueçaba	Federal	245.839,5
42	APA Estadual de Guaraqueçaba	Estadual	231.799,4
43	Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi	Estadual	67.091,8
44	APA Estadual de Guaratuba	Estadual	199.447,0

Sulzbach; Archanjo; Quadros (2018).

As Unidades de Conservação, são divididas em dois conjuntos de manejo: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Paraná, 2022);

- Unidades de Conservação de Proteção Integral; que tem o objetivo de preservar a natureza, permitindo apenas que os recursos naturais de seu meio sejam utilizados de forma indireta. Compreendendo uso indireto a partir do Art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, “uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.” Brasil (2002). E as Unidades de Conservação Integral se dividem em várias categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional;

Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre; Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

- Unidades de Conservação de Uso Sustentável; tem o intuito de somar o uso sustentável com a preservação da natureza, com o uso de forma consciente dos recursos naturais do espaço protegido. A divisão por categoria das Unidades de Conservação de Uso Sustentável se dá por: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) e Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT).

Como podemos ver há muitos tipos de Unidades de Conservação, algumas que permitem a permanência da população em seu meio, possibilitando um plano de conservação ligado a um desenvolvimento sócio ambiental. E também tem UCs que são mais restritas, impedindo o uso do seu meio e de seus recursos naturais.

Essa ideia de áreas de proteção da natureza tem início nos EUA no final do séc. XIX quando o país passava por um contexto de consolidação do capitalismo, com grande avanço territorial sobre terras “selvagens” principalmente para o oeste. Um processo acompanhado de intenso extermínio indígena, avanço de colônias agrícolas, crescente urbanização e exploração dos recursos naturais principalmente minérios. O que levou o governo a criar parques de preservação da natureza, por uma série de razões, como garantir o controle do Estado sobre a terra e a preservação de áreas naturais (Diegues, 2001).

Essa forma de preservar a natureza, defendida pela sociedade norte-americana, foi influenciada principalmente pelos teóricos do conservadorismo Thoreau e Marsh. Com a ideia central de conservar a natureza partindo da noção de “wilderness” que significa vida natural, selvagem, que propunha manter o espaço natural de forma intocada, não havendo qualquer intervenção humana sobre a natureza inclusive dos povos originários, no caso os povos indígenas norte-americanos (Diegues, 2001).

A primeira área de conservação a ser criada nos EUA foi o Parque Nacional Yellowstone em 1872 sendo também o primeiro desse modelo no mundo, que afirmou a ideia de preservar a vida de forma natural e selvagem, proibindo assim qualquer tipo de ocupação humana no interior do parque. Determinação que expulsou os povos que ali viviam, pois se tratava de um espaço historicamente já ocupado, como destacado por Diegues.

Segundo Kemf (1993), no entanto, o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, em 1872, mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Uma subtribo dos Shoshone vivia

durante todo o ano dentro dos limites atuais do parque. Ainda segundo a autora, esses índios, descritos como "selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de tubérculos", não deixaram a área do parque espontaneamente como sugere Aubrey Haines. É importante também observar que pesquisas em sítios arqueológicos de sepulturas em Yellowstone, com mais de 1.000 anos [...] (Kemf, 1993; McNeely, 1993 *apud* Diegues, 2001, p. 27).

O modelo de parques nacionais desenvolvido nos EUA se espalhou pelo mundo, principalmente na Ásia, África e América do Sul, sendo implementado na sua maioria em países subdesenvolvidos e de clima tropical, em que as florestas remanescentes ainda são muito povoadas pelas populações tradicionais. Situação que aumentou as contradições colocadas pelo modelo “Yellowstone” (Diegues, 2001).

No Brasil a história da preservação ambiental está ligada à lógica colonial que perdurou por muito tempo em nosso país, que estabeleceu uma relação de exploração dos recursos e riquezas naturais de nosso território em benefício do colonizador. Não se importando assim com a preservação da natureza, e nem com o bem estar dos povos originários que aqui viviam, que inclusive foram escravizados e perseguidos pela lógica colonial (Pires, 2008).

A primeira ação realmente efetiva em prol da preservação da natureza se dá a partir da criação do código florestal em 1934, que define os parques nacionais com base no modelo norte americano. Tendo como primeira área de preservação do Brasil o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, que tinha como objetivo a preservação do espaço para fins científicos recreativos e de conservação da beleza natural, que da mesma forma das referências norte americanas não levava em consideração o interesse das comunidades tradicionais e originárias já estabelecidas no espaço (Pires, 2008).

Até a década de 1980 no Brasil haviam sido criadas apenas Unidades de Conservação de uso integral, os parques nacionais e reservas biológicas. É somente a partir do Plano de Sistema de Unidade de Conservação no Brasil proposto pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que em 1981 é promulgada a Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981. Lei essa que cria as primeiras Unidades de Conservação de uso Sustentável sendo elas as Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (Pires, 2008).

A criação das Unidades de Conservação de uso Sustentável foi resultado no Brasil como no mundo, do tensionamento do modelo “Yellowstone” onde suas contradições eclodiram a partir da década de 1980. Momento em que movimentos de comunidades tradicionais organizadas, apoiadores e estudiosos do tema, reivindicavam a criação de áreas de proteção ambiental, que levassem em consideração o vínculo histórico e a prática das populações tradicionais. Sustentando o argumento de que os povos tradicionais foram quem

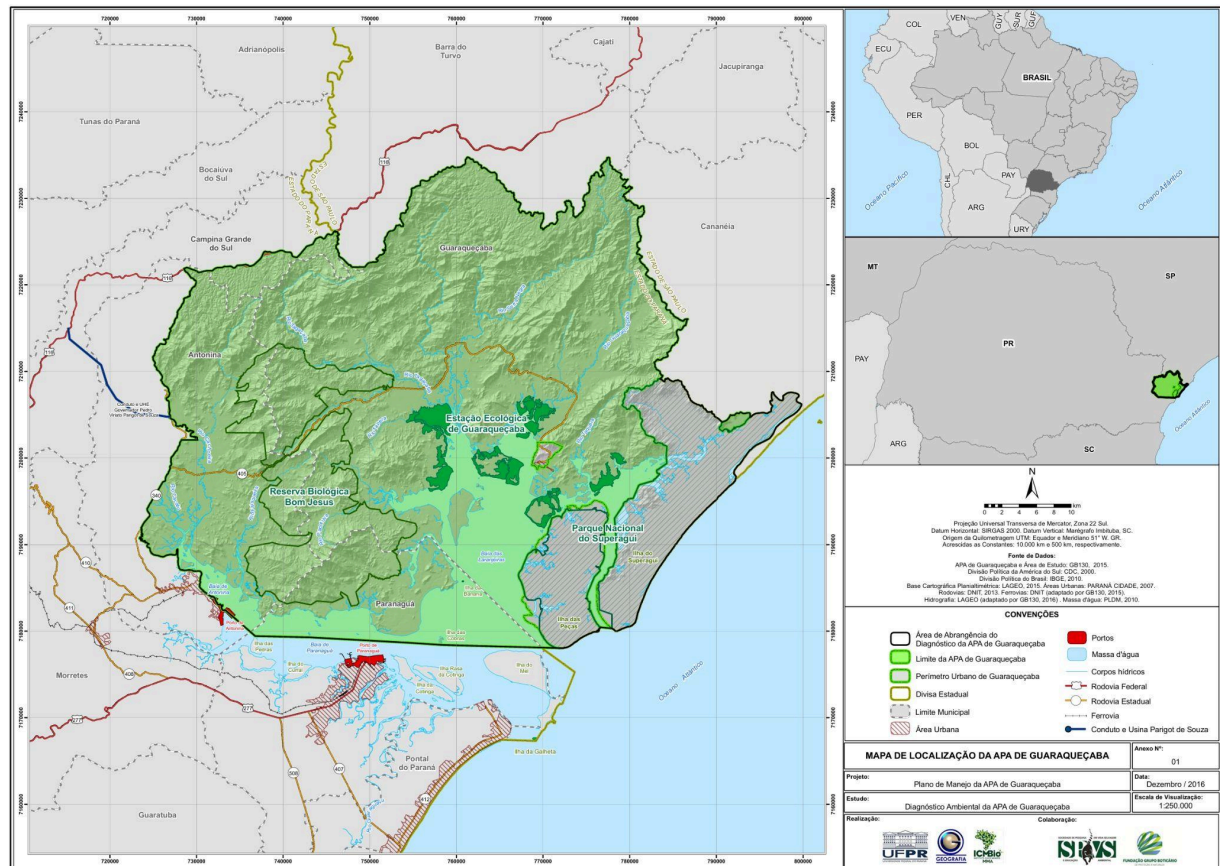
garantiram a preservação de muitos espaços sujeitos a preservação, e por isso devem fazer parte da conservação do mesmo, sugerindo assim espaços de proteção ambiental com a permanência do ser humano buscando construir uma forma diferente de conservar a natureza, levando-se em conta os fatores históricos de relação homem e natureza, principalmente de povos originários e comunidades tradicionais (Diegues, 2000).

Dessa forma a Unidade de Conservação em questão neste trabalho é a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, que se trata de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. “As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foram instituídas no Brasil pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e regulamentadas pelo Decreto no 88.351/83 como Unidade de Conservação (UC) [...]”(Rochadelli, 2013, p. 495). Esse formato de UC as APAs geralmente são de grande extensão, e tem como objetivo proteger o meio ambiente e sua diversidade conciliando com o uso sustentável do solo e dos recursos naturais (Pires, 2008).

A APA de Guaraqueçaba foi criada em 1985 se estendendo por todo o município de Guaraqueçaba⁵, e abrangendo também partes dos municípios de Paranaguá, Antonina e Campina Grande do Sul, somando 313.844 hectares, podemos ver sua localização no mapa 4. E sua principal função está em torno de garantir a proteção da riqueza biológica, natural e social existente nesse território, que conta com uma das últimas áreas da Floresta Pluvial Atlântica, com seus sítios arqueológicos de grande importância e bem como as populações tradicionais integradas a esse espaço por séculos (Dumora, 2006).

⁵ É uma palavra de origem tupi e significa “ninho da garça”. Referente a uma ave de plumagem vermelha que é recorrente na região do litoral paranaense (Ferreira, 2006 *apud* Pires, 2008).

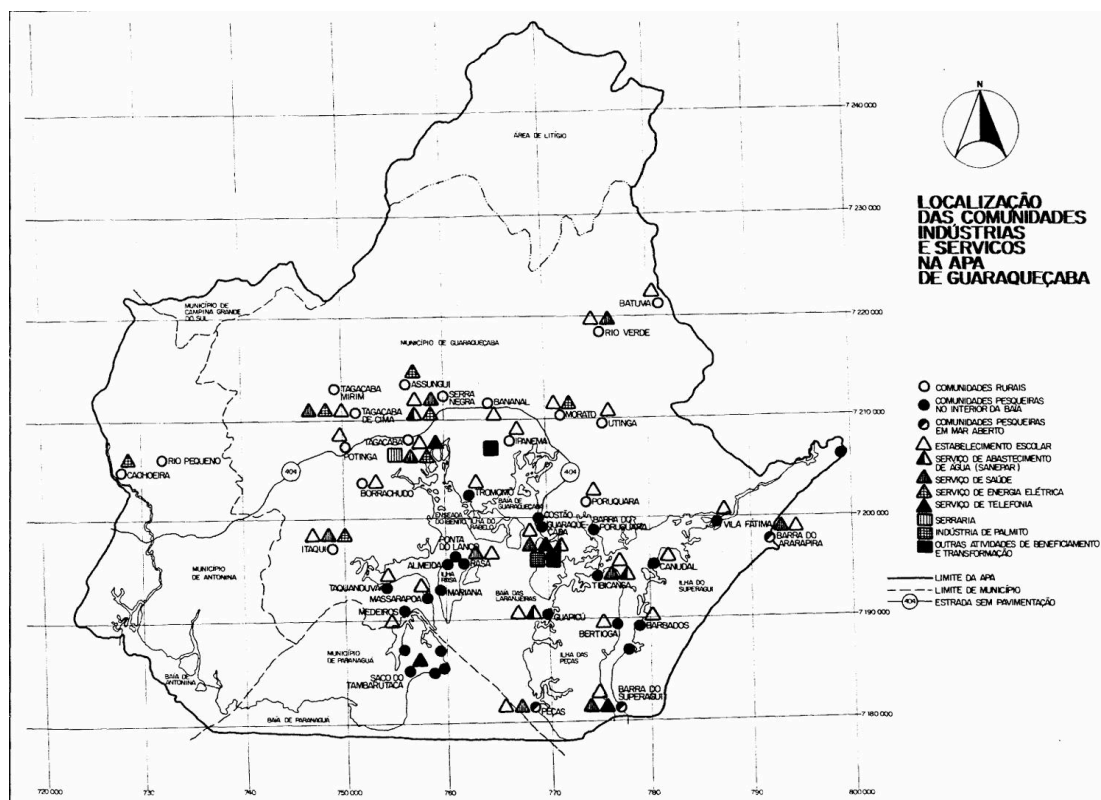
Mapa 4 - Mapa de localização da APA de Guaraqueçaba



As APAs sendo Unidades de Conservação de uso Sustentável tem uma diferença fundamental frente às Unidades de Conservação Integral, que consiste no objetivo de manter e conservar as diversidades culturais presentes no espaço. Dessa forma, esse objetivo em vista da APA de Guaraqueçaba diz respeito principalmente às populações tradicionais presentes em seu território, que em sua maioria são de comunidades caiçaras tradicionalmente vinculadas à pesca e a agricultura (Pires, 2008). E em 1987 somente em Guaraqueçaba eram vinte três comunidades de pescadores artesanais e vinte e nove comunidades de pequenos agricultores, como podemos ver no mapa 5 (IPARDES, 1989).

Essas populações tradicionais têm historicamente grande importância para a conservação ambiental do nosso país, pois desenvolveram ao longo do tempo formas de relação com a natureza que ao mesmo tempo que reproduzem sua vida fazem isso conservando o meio ambiente. De forma que os espaços mais bem conservados, do litoral e outras regiões do país que a muito tempo foram colonizadas e exploradas, são espaços onde as populações tradicionais estão presentes ou tiveram presentes. E isso se dá também no litoral paranaense, que tem grande área de mata atlântica conservada (Pires, 2008).

Mapa 5 - Localização das Comunidades, Indústrias e Serviços na APA de Guaraqueçaba



Fonte: (IPARDES, 1989).

O estudo de Rochadelli et al. (2013) traz o debate da problemática em torno das UCs em específico das Áreas de Proteção Ambiental. A partir da pesquisa feita na então Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, também localizado em Guaraqueçaba. Os autores afirmam que o modelo imposto pelas Unidades de conservação de uso Sustentável como as Áreas de Proteção Ambiental dentre os demais formatos de UCs acaba sendo o mais problemático gerando muitos conflitos em torno de sua gestão e manejo. Pois como já entendido as Unidades de Conservação Sustentável permitem a permanência das populações humanas em seu meio mas impõe a elas normas que limitam o uso do território.

Gouveia (1993) afirma que o processo de planejamento e gestão em terras de propriedade privada, em especial quando se trata da proteção de áreas relevantes pela sua biodiversidade, demais atributos e recursos naturais, implica a imposição de limitações administrativas ao direito de propriedade. Assim, restringe o exercício de determinadas atividades e impõe obrigações a quem detém a propriedade da terra (Gouveia, 1993 *apud* Rochadelli et al., 2013, p. 496).

A crítica elaborada por Rochadelli et al. (2013) está em torno da forma de criação e gestão de tais Áreas de Proteção Ambiental que em seu ver e de muitos analistas está causando mais conflitos e contradições do que benefícios em relação ao objetivo proposto por essas UCs. O fato do Brasil ser um país subdesenvolvido torna mais difícil a aplicação e gestão das UCs de uso sustentável, revelando mais dificuldades para desenvolver formas de gestão mais eficientes, que por exemplo possam construir processos mais coletivos de planejamento e gestão aproximando todos os atores envolvidos.

Lai (2003) afirma que, para alcançar efetivamente os objetivos de conservação e as finalidades do estabelecimento de reservas, é preciso estabelecer uma relação adequada com as comunidades que vivem no interior ou no entorno e levar em conta suas necessidades de produtos florestais para a subsistência (Lai, 2003 apud Rochadelli et al., 2013, p. 496).

Isso porque na maioria das vezes as Áreas de Proteção Ambiental se tratando de países tropicais como o Brasil, são criadas em espaços ocupados por povos tradicionais. Esses que desenvolveram formas de viver e se sustentar sem promover a degradação do meio ambiente. E no momento que se aplicam as restrições do uso da terra e manejo ambiental desses espaços, entra em contradição com essa prática já desenvolvida por esses povos gerando conflitos e dificuldades de alcançar o objetivo da proteção ambiental e também a continuidade e de tais culturas ali instaladas e dependentes desses meios (Rochadelli et al. 2013).

Como forma de respaldar a afirmação de que é necessário avançar em uma forma de gestão mais coletiva o Rochadelli et al. (2013) traz o exemplo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, localizada no estado da Amazônia que desenvolveu um processo de gestão coletiva em que envolveu as os moradores e comunidades tradicionais da área, e ação que teve bons resultados e em torno dos objetivo da UC sendo essa participação determinante para esse sucesso.

Populações Tradicionais

São consideradas populações tradicionais no Brasil tanto os povos indígenas como comunidades quilombolas, ribeirinhos, caboclos, caiçaras e outros grupos sociais brasileiros, que reproduzem ou desenvolveram ao longo da história formas particulares de reprodução e organização da vida. Comunidades onde se tem forte vínculo com a natureza, sendo os recursos naturais seu principal meio de reproduzir sua existência, por meio de uma economia

de subsistência, que em alguns casos mais, outros menos tem relação com a sociedade ao seu redor (Diegues, 2000).

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas (Diegues, 2000, p. 20).

O território para essas comunidades está ligado à ideia de “o espaço necessário” para a reprodução simbólica e prática da comunidade, que muitas vezes é parte de um espaço de vínculo histórico dessa população. Espaço esse que permita ter uma relação de ajuda mútua com a natureza, em que se considera os seus ciclos, pensando em sua capacidade de recuperação para condição de uso, sendo muito utilizado a prática agrícola do pousio, que mantém por longos períodos a terra em descanso para que possa se recuperar a fertilidade do solo de forma natural, assim a agricultura era itinerante pois não se fixava uma roça em um mesmo lugar. (Diegues, 2001b).

Diegues aprofunda essa ideia de espaço comunitário em seu trabalho “Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais”. e vai nomear essas populações de “os comuns” sendo aquelas comunidades tradicionais que usam e compartilham de um espaço e de uma concepção de vida em coletivo. Essas comunidades se organizam em núcleos familiares o uso e posse da terra é coletivo, como também os alguns utensílios e ferramentas, criando fortes vínculos familiares e sociais, como aponta Diegues;

Esses sistemas existem por um largo período de tempo em comunidades tradicionais não-urbanas, e se caracterizam pela utilização comum (comunitária) de determinado recursos naturais, como os peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipós, materiais de construção) e áreas de cultivo agrícola itinerante. Além dos espaços de uso comum, existem outros apropriados individualmente, como o lugar da habitação, quintal, animais domesticados, etc. Eles existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis, com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado. Esses arranjos subsistem e são permeados por uma extensa teia de relações de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, e normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal (Diegues, 2001b, p. 97, 98).

A forma de relação com o meio é resultado de um complexo conhecimento, desenvolvido e acumulado por gerações que é transmitido principalmente pela oralidade e

através de símbolos e representações, próprias de determinada cultura tradicional que tem em seus mitos e histórias populares formas de registro coletivo.

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com elas que agem sobre o meio. É também com essas representações e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. No imaginário dos povos da floresta, rios e lagos brasileiros estão repletos de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá); os que maltratam, os animais da mata (Anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (Tapiora); os que pescam mais que o necessário (Mãe d'Água) (Câmara Cascudo, 1972). Assim, os moradores da Várzea da Marituba (Alagoas) têm várias lendas, como a da “Mãe d'Água”, que vira a canoa daqueles pescadores que são muito ambiciosos e retiram desnecessariamente muito peixe da lagoa (Diegues, 2000, p. 21).

A formação das populações de cultura tradicional não indígenas se deu em várias regiões do território nacional e em períodos diferentes, pois no Brasil desde a chegada dos portugueses se desenvolveu uma lógica de exploração da riqueza natural e do território por meio da monocultura e do trabalho escravo, que movimentou núcleos populacionais junto a essa lógica. De forma que na medida que determinado ciclo econômico chegava ao fim migrava-se para outro espaço ou região do país, como por exemplo o ciclo do pau brasil, ciclo do ouro, do açúcar e do café. Assim quando determinado recurso natural se esgotava ou quando já não era mais economicamente viável tal produção, a população que havia se desenvolvido no entorno ficava muitas vezes à mercê da subsistência buscando formas para sua auto sustentação (Diegues, 2000).

As características culturais e forma como essas populações tradicionais não indígenas se adaptaram e desenvolveram sua vida em relação com a natureza em diferentes regiões do território brasileiro, se deu por grande influências da cultura indígena que estava presente em todo o espaço nacional. Tendo conhecimento historicamente acumulado que permitiu a adaptação dos portugueses e da população brasileira às várias condições diferentes que cada região e bioma brasileiro. Essa influência está nitidamente presente desde a base alimentar que inclui feijão, batata, milho, mandioca, frutas e animais para a caça incorporando assim técnicas de agricultura para produzir esses alimentos, e o manejo correto em relação a natureza a fim de saber distinguir as épocas e os ciclos de cada planta e animal necessários para a subsistência (Diegues, 2000).

O Caiçara

Entre essas populações tradicionais não indígenas, a formação da cultura caiçara se dá principalmente nas regiões litorâneas do que são hoje os estados de Rio de Janeiro, São Paulo,

Paraná e norte de Santa Catarina, a partir da miscigenação de povos indígenas, portugueses e negros. A cultura caiçara como as demais populações tradicionais têm forte vínculo com a natureza, tendo práticas agrícolas e manejo com o meio ambiente que respeita e leva em consideração os ciclos das plantas e dos animais, garantindo a continuidade e manutenção do meio, e também a reprodução de de sua própria existência, que se dá a partir da terra das águas e dos recursos naturais (Diegues, 2000).

A palavra caiçara vem do Tupi Guarani *caá-içara*, *caá* significa galhos ou paus e *içara* tem um significado mais amplo é algum tipo de cercado doméstico e também armadilhas para pesca feito de galhos. O termo caiçara foi uma denominação feita de fora para dentro, sendo que por muito tempo boa parte desse povo se entendia como caboclo, sertanejo ou caipira, se diferenciando entre os que moram na praia e os que moram no sertão, referenciando a diferença entre as comunidades instaladas à beira mar, e as que se encontram no interior espalhadas entre as montanhas e vales (Dias de Caiçara, 2017).

Como se trata de uma cultura própria de regiões litorâneas, sempre esteve presente o uso de rios, estuários e o mar aberto na forma de vida dessas populações, mas também da terra e das matas. Sendo a agricultura parte do cotidiano caiçara mesmo as comunidades que moram à margem do mar, cultivam também suas roças, que tinham como principais alimentos mandioca, cana, milho, batata, banana, café, arroz e etc. Além dos alimentos produzidos através da agricultura a base alimentar do caiçara, sempre teve presente produtos como frutas e raízes colhidas e retiradas da mata, por exemplo o palmito muito utilizado em sua alimentação. Como a pesca também presente na dinâmica de todas as comunidades, mesmo as localizadas no “sertão” tinham à sua disposição os rios que possibilitam grande acesso aos pescados. Mas é as comunidades localizadas à beira dos estuários e do mar que vão se especializar no ofício da pesca, desenvolvendo manejos e técnicas que aproveitavam com maior qualidade os recursos marinhos, tendo acesso não só a várias espécies de peixes mas também de crustáceos como siri, caranguejo, camarão e outros (Dias de Caiçara, 2017).

Essas comunidades se desenvolveram e ocuparam um amplo território no litoral do Brasil, e acessaram uma vasta diversidade de recursos naturais tanto para a alimentação, como também para a produção artesanal de utensílios, ferramentas e etc. Essa diversidade se produziu historicamente na formação dessa população, formando comunidades mais voltadas para a pesca e outras a agricultura, como por exemplo a construção de canoas que era especialidade de algumas comunidades, como tantos outros utensílios, ferramentas e recursos

naturais que fomentaram uma dinâmica mercantil e garantiu certo grau de auto suficiência dessas populações (Cunha; Rougeulle; Beher, 2004).

Em relação à inserção no mercado e economia regional varia muito o nível de relação, para Cunha; Rougeulle; Beher (2004) que desenvolveram sua pesquisa a partir das comunidades tradicionais que Guaraqueçaba. Apontam que essa dinâmica de relação com o mercado regional variou historicamente, tendo momentos de maior proximidade e outros de menos. O que tem a ver com a própria lógica produtiva que essas comunidades desenvolveram, tendo períodos de maior fartura de recursos naturais como também épocas de colheita e pesca mais abundante, que possibilitaram e ditavam quais produtos poderiam ser comercializados, dependendo também da demanda posta pelo próprio mercado regional em cada período histórico, e Cunha; Rougeulle; Beher (2004) acrescenta que.

Não foi possível precisar o grau de inserção dessas atividades no mercado em tempo histórico definido. Há variações conforme a dinâmica da economia litorânea e sua inserção na economia paranaense como um todo. Apesar disso há que se considerar, além de suas características internas, o fato de a região ter permanecido até as últimas décadas em estado de relativo isolamento econômico, dados seus caracteres físicos (aptidão climática, condições do solo), aliados a um conjunto de fatores de ordem histórico-social, o que contribuiu para a manutenção de seus ecossistemas em estado mais ou menos intactos e para a permanência de “traços” característicos da “economia tradicional” (Cunha; Rougeulle; Beher, 2004).

Essa ligação entre as comunidades mais afastadas e os pólos regionais se dava por caminhos terrestres, mas principalmente por via fluvial onde se utilizava embarcações como meios de locomoção como a “canoa de voga” (Diegues, 2000). A canoa de voga é uma tecnologia indígena, feita em uma peça única de madeira a partir de um tronco de árvore, de forma artesanal utilizando-se ferramentas como machado e enxó (ferramenta usada para cavar na madeira), é esculpida de fora para dentro até chegar a sua forma acabada. Com o tempo as canoas foram ganhando novos adereços e adaptações de influência estrangeira como mastros e velas, mas sua importância para a reprodução da cultura caiçara é indiscutível, tornando-se um símbolo material dessa cultura (Dias de Caiçara, 2017).

A população caiçara se qualificou e diversificou sua capacidade de se reproduzir, promovendo uma sociabilidade ampla entre as comunidades, que dessa forma diversificaram sua base alimentar e tiveram condição de se especializar em funções específicas fundamentais para reprodução simbólica e material dessa cultura. Formando por exemplo os “mestres” como o mestre canoeiro que dominava a produção da canoa de voga, o mestre cirandeiro

responsável por dirigir as rodas de ciranda (ritual musical típico caiçara), o mestre artesão que detinha o saber e habilidade de confeccionar a rabeca (instrumento de corda usado para tocar festas caiçaras) como tantos outros ofícios oriundos dessa cultura (Dias de Caiçara, 2017).

E se na alimentação, agricultura e manejo com a mata se percebe muita influência dos povos indígenas, na música e rituais culturais não é diferente, mas nesse aspecto se identifica uma convergência de várias culturas. Com origem indígena, árabe, portuguesa, perça e africana composta principalmente por instrumentos de corda e percussão, que desenvolveu vários ritmos tradicionais como fandango, chiba, ciranda, congada, cana verde, caruru e outros (Dias de Caiçara, 2017).

Para Cunha; Rougeulle; Beher (2004) as populações caiçaras desenvolveram sua forma de preservar a natureza, sendo que as comunidades caiçaras de pescadores desenvolveram uma série de valores e regras em torno do prática da pesca, o qual os autores chamam de “saberes tradicionais” construído coletivamente ao longo da formação histórica dessas populações, desenvolvido principalmente a partir da observação e experimentação e transmitido de geração em geração.

Algumas dessas práticas e orientações se referem a uma série de conhecimentos em torno da pesca que envolviam a observação dos ventos, fases da lua, níveis da maré. Mas também tabus que orientavam a própria alimentação, como as restrições e cuidados com as mulheres em seu período de resguardo, pós parto, em que não se podia comer carne de certos animais cita Cunha; Rougeulle; Beher (2004, p.12) “A pescada, quando a mulher está de resguardo só pode comer depois de um ano. Se faltar dois dias para terminar o resguardo e ela comer, morre... O cação, a arraia também a mulher não come no resguardo só depois de dois meses – é perigoso e forte. O tatu e a paca também”.

A partir dessa afirmação de que as comunidades caiçaras desenvolveram formas de se relacionar com a natureza, que garantiam a preservação do meio ao mesmo tempo que reproduziam sua existência. Colocando assim que o processo de desenvolvimento no litoral nas últimas décadas tem afetado e apagado esse fazer e prática tradicional, mas que mesmo assim ainda há muito desse conhecimento presente na relação entre as comunidades atuais e seu meio. Afirmando assim que “Isso justifica, pois, a necessidade de se pensar em formas alternativas de desenvolvimento regional fundadas nas características da cultura e dos ecossistemas locais” Cunha; Rougeulle; Beher (2004).

Portanto entendemos que o Paraná é um dos estados brasileiros com maior remanescente de Mata Atlântica do país, e a maior parte desse bioma se concentra no seu litoral. E no litoral norte está a parte mais importante dessa cobertura, pela existência ali do Estuário Igarapé Cananéia, considerado um dos estuários mais importante do mundo. E além disso destaca-se grande quantidade e variedade de Unidades de Conservação, as quais cobrem mais de 80% de seu território. De forma que essa região também é um espaço de origem de populações tradicionais caiçara, cultura a qual ainda está presente em várias comunidades sendo parte da formação social e econômica dessa região. Cultura que se estabeleceu e se reproduziu a partir desse território de grande biodiversidade.

Sendo assim se faz importante retomar que as unidades de Conservação foram baseadas no modelo norte americano Yellowstone, fundamentado na ideia de que a natureza deve ser isolada e deve se manter intocada pelo homem. As APAs como unidades de Conservação de Uso Sustentável se propõe a superar esse dilema. Nesse sentido a APA de Guaraqueçaba e essa região em si coberta por UCs carrega esse desafio, de garantir a preservação ambiental e cultural, no caso a manutenção e continuidade da cultura caiçara.

CAPÍTULO II

Para fins de identificação e compreensão da utilização do termo caíçara, pequenos agricultores e pescadores tradicionais, é importante iniciar este capítulo com alguns apontamentos com base em trabalhos que discutem sobre as comunidades tradicionais a partir da realidade do litoral norte paranaense.

Para IPARDES (2001) são considerados “populações tradicionais” no litoral paranaense os grupos de pescadores artesanais e de pequenos agricultores que detêm certas características, as quais baseadas nos estudos de Diegues e olhando para a realidade local cita se;

Para operacionalizarmos o conceito para a região, adotamos os seguintes critérios: “o conhecimento adquirido e experimentado, através de gerações, para o uso e manejo de recursos naturais do território produtivo, bem como do espaço vivido e concebido social e culturalmente; a forma específica de apropriação e relação entre grupos sociais e ambientes naturais; o conhecimento estar baseado na transmissão oral, quer das formas produtivas quer das formas organizativas e culturais, como garantia da manutenção dos grupos sociais distintos; o uso de tecnologia simples, reduzida acumulação de capital, relações de produção definidas no âmbito da unidade familiar nuclear ou extensa, com reduzida divisão de trabalho; importância de alguns elementos simbólicos ligados às atividades produtivas, organizacionais e culturais (hoje com ameaça séria de desaparecer)” (IPARDES, 1995 apud IPARDES, 2001, p. 84).

De forma que essas características não tem o objetivo de limitar a diversidade cultural das populações caíçaras. Pois o sujeito caíçara como compreendido por IPARDES (2001) não é um objeto ao qual se dá um nome que o define por inteiro. Pelo contrário, entende se que se trata de grupos humanos os quais se formaram em espaços e contextos semelhantes ao ponto de desenvolver uma cultura, uma forma comum de viver nesse lugar.

Por isso é importante ter em mente que os pequenos agricultores e pescadores do litoral norte do Paraná, compreendidos como caíçaras, esteve e está sob influência do seu meio. De forma que a população do litoral paranaense é formada por diferentes movimentos migratórios, os quais trouxeram uma diversidade de culturas para essa região, e mesmo que sendo culturas diferentes, muitos desses sujeitos migrantes acabam se fundindo a cultura caíçara e a reproduzindo, agregando diversidade às comunidades tradicionais. Como destacado por Dumora em seu estudo sobre essas populações no contexto do município de Guaraqueçaba.

A população rural de Guaraqueçaba não pode ser apreendida por algumas definições simplificadoras. Longe da imagem de uma sociedade fechada, a população rural do município caracteriza-se primeiramente por sua mobilidade: da diversidade das suas origens e da sua abertura para o exterior especialmente pelas importantes migrações. Ela é bastante heterogênea, repartida em diferentes linhas de clivagens. A um núcleo de famílias presentes no lugar desde há muitas gerações juntaram-se, por toda parte, recém-chegados, vindo às vezes de muito longe, no decorrer de episódios migratórios sucessivos. Se muitos são agricultores, constata-se também uma grande diversificação das atividades e das fontes de renda (comércio, artesanato, cargos públicos, aposentadoria) (Dumora, 2006, p. 52).

Assim, para Dumora (2006) compreendesse que as populações tradicionais de Guaraqueçaba, são aquelas comunidades que em certo grau reproduzem e detêm características da cultura caiçara. O que lhe dá a condição de tratar sujeitos que mesmo originários de outras regiões do país, como população tradicional ao ponto que reproduz essa cultura.

Ao mesmo tempo que deixa a entender que existe uma linha muito tênue entre a cultura tradicional e a cultura urbano industrial, no sentido que o sujeito caiçara faz parte da sociedade capitalista, onde a cultura urbano industrial é hegemônica e busca a todo o tempo se sobrepor às culturas tradicionais. E essa disputa se dá ao longo da história quando contemplamos o choque entre essas duas culturas, situação em que o litoral do paraná foi e   palco pois aqui se tem um processo em que uma cultura tradicional por vários fatores se manteve viva, mas que gradualmente vem sendo apagada na medida em que a lógica capitalista avança sobre esse território (Dumora, 2006).

Breve Histórico da Região

O litoral do estado do Paraná como todo o Brasil era povoado por povos indígenas, aqui viviam povos da cultura tupi-guarani como os tupiniquins e carij s, os quais os portugueses desde o século XVI já faziam contato. E foi pelo litoral ainda no séc. XVI que se inicia a ocupação do estado do Paraná, através dos bandeirantes vindos da capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo), em busca de capturar e escravizar indígenas para trabalhar em fazendas paulistas, processo que diminuiu muito a população indígena desse território (IPARDES, 1989).

Esse movimento dos bandeirantes também descobre o ouro aluvial presente nos rios da região, fato que estimulou seu povoamento atrás de metais preciosos, levando a fundação

da Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá em 1649. O ciclo do ouro perdurou até o final do séc. XVII tendo como um dos fatores de seu declínio a descoberta do ouro em Minas Gerais. O ciclo do ouro no litoral do Paraná não chegou a ter grande expressão econômica para a colônia, mas provocou a ocupação de todo o litoral e seu fim deixou populações espalhadas pelo litoral e interior desse território (IPARDES, 1989).

Até o séc. XVIII a economia da sociedade litorânea girou em torno do ouro, agricultura e da exploração dos recursos naturais, sendo que a grande disponibilidade de recursos naturais e o modelo agrícola eram suficientes para garantir a autonomia alimentar e material da região, que por longo tempo se desenvolveu com pouca relação econômica com as demais regiões do estado e do país. Sua população era composta na sua maioria por garimpeiros e pequenos agricultores voltados à subsistência baseada na pesca, caça, agricultura e extrativismo. E em detrimento desses sujeitos se tem a formação de um grupo que se beneficiou desse processo, constituindo-se em uma elite regional oriunda das benéficas do ouro de lavagem e da apropriação das melhores áreas de terra, iniciando assim seu processo de acumulação de capital por um determinado grupo (Zanoni et al, 2000).

Essa autonomia alimentar da região deve-se muito pelo modelo agrícola baseado na prática do pousio, que permitia a manutenção da fertilidade do solo, mantendo por longos períodos superior a 15 anos as áreas agricultáveis em descanso depois de seu uso, fazendo rodízio entre as áreas, enquanto cultivava uma a outra descansava. Tempo em que se recuperava a sua fertilidade, a partir da biomassa adquirida depois de vários anos sem uso agrícola. O que permitia uma boa produção de alimentos como mandioca, arroz, banana, cana de açúcar, milho entre outros, que somados a caça, pesca e o extrativismo proporcionava grande diversidade de alimentos. Período em que a população do litoral se desenvolveu sem necessitar de grandes áreas de produção agrícola, sendo na sua maioria composta por pequenas áreas de produção trabalhadas por núcleos familiares organizados em comunidades tradicionais, processo que dá base para a formação da cultura caiçara (Borsatto et al., 2007).

A partir do séc. XVIII tem-se a introdução da mão de obra escrava, que, conciliado com a abertura do caminho de Itupava, rota que ligou o litoral ao planalto paranaense modificou-se o contexto agrário e econômico da região. O caminho de Itupava promoveu o desenvolvimento industrial da região principalmente em torno do beneficiamento da erva mate, produto que vinha do interior do estado e passou a ser exportado a partir do porto de Paranaguá. Impulsionou também a produção agrícola das fazendas de mão de obra escrava de produtos voltados à exportação como café, açúcar e arroz (Zanoni et al, 2000).

Até a abolição da escravidão em 1888 o meio agrário vinha em um movimento crescente na exploração de terras para a agricultura, aumentando suas unidades de produção e o tamanho dessas áreas. Mas mesmo com o aumento das fazendas de mão de obra escrava, se mantinha a grande quantidade de pequenos agricultores no meio rural, como destaca Borsato.

[...] os sistemas de produção que se estabeleceram na região durante os séculos XVIII e XIX caracterizavam-se por unidades que utilizavam mão-de-obra escrava convivendo junto a agricultores livres, que podem ser englobados em três grandes categorias:

- os agricultores livres com propriedades menores que 200 ha e que perfaziam mais de 90% das propriedades agrícolas da região;
- os agricultores escravistas que possuíam de 1 a 10 escravos com propriedades com área acima de 100 ha e representavam 9% das explorações agrícolas;
- as grandes explorações escravistas com mais de 10 escravos e áreas superiores a 200 ha representando 1% das explorações. (Rodrigues; Tommasino, 2005 *apud* Borsatto et al., 2007, p. 423, 424).

Com o fim da escravidão no final do século XIX, à mudanças estruturais na organização da produção agrícola como aponta Zanoni. “As principais consequências deste processo foram o desaparecimento dos grandes estabelecimentos agrícolas, e uma reorientação das atividades e estratégias produtivas dos demais estabelecimentos” (Zanoni et al, 2000, p. 45). Com o fim dos grandes estabelecimentos agrícolas a busca por novas alternativas à agricultura da região leva ao início de um novo ciclo produtivo, o da banana, produto que se tornou o principal negócio da região que cresceu a partir da grande demanda da Argentina e Uruguai.

Esse novo ciclo produtivo somado a o processo de imigração que acontecia em todo o país no pós abolição, desencadeou um movimento migratório que dobrou a população da região. O que gerou uma expansão das áreas de cultivo chegando ao limite de áreas disponíveis a agricultura, essa acelerada ocupação do território e a grande demanda produtiva levaram a diminuição do tempo do pousio para em média seis anos. E não demorou muito para a agricultura sentir as consequências disso, pois a diminuição do tempo de pousio levou também a diminuição da fertilidade do solo, baixa produtividade e perda do controle sobre as ervas invasoras, todo esse impacto ao mesmo tempo em que a demanda por alimento crescia frente ao aumento populacional. Essa série de fatores desencadeou uma crise na produção da banana a partir da década de 1920, que ocasionou no início da década de 1930 no fim das

exportações para Uruguai e Argentina, mercado que foi assumido pelo litoral paulista também produtor de bananas (Zanoni et al, 2000).

Os benefícios do ciclo da banana foi para quem teve condição de produzir e comercializar esse produto. Para a maior parte da população rural que era de pequenos agricultores esse período foi de marginalização e dificuldade. Com todas as transformações ocorridas, as condições de vida caiçara foram muito afetadas, na medida em que o território do litoral norte sofreu grandes alterações nesse período. Com o avanço das áreas agricultáveis, se teve a diminuição das florestas e dos recursos naturais levado a uma crise nos sistemas de pousio, prática tradicional caiçara e central para a sua reprodução cultural o que dificultou a vida desse povo a partir da subsistência. O aumento repentino da população local também gerou a desvalorização do trabalho assalariado o qual era uma alternativa complementar para a economia dessas famílias Raynaut; Zanoni; Lana (2018).

Os anos seguintes foram de reorganização da agricultura regional, de busca por alternativas econômicas, a produção de mandioca para o fazimento da farinha foi uma das alternativas mas o principal produto se tornou o palmito devido a grande reserva natural desse produto disponível na natureza. Essa extração do palmito era feita pelos pequenos agricultores, mas centralizado por quem detinha mais condições, como destaca Raynaut; Zanoni; Lana (2018).

Quando acabou o ciclo da banana, os agricultores patronais e comerciantes conseguiram reagir graças aos meios de produção e capitais que dispunham, modificando seus sistemas de produção e desenvolvendo novas atividades em particular a comercialização do palmito. Pelo contrário, a maioria dos pequenos agricultores, sem acesso aos meios de produção e ao capital necessário para modificar seus sistemas de produção e afetados pela redução da demanda de mão de obra dos agricultores patronais, foi obrigada a adotar novas estratégias de sobrevivência. Eles intensificaram suas atividades de extração de produtos agroflorestais (principalmente palmito), tornando-se ainda mais dependentes dos agricultores patronais e comerciantes, junto aos quais obtinham créditos, alimentação e medicamentos (Raynaut; Zanoni; Lana, 2018, p. 280).

Além dessa mudança de produção houve uma mudança de espaço agricultável em um movimento de ocupação das áreas mais baixas possibilitado pela tecnologia da drenagem, havendo essa mudança para as planícies úmidas do litoral. Isso abriu espaço para o avanço produtivo de novas culturas como as hortaliças e a pecuária. Todo esse processo impactou muito os pequenos agricultores e caiçaras, que se viram cada vez mais encurralados pela dinâmica imposta pelo desenvolvimento agrícola, Raynaut; Zanoni; Lana (2018).

Nesse período em torno da década de 50 foi de forte migração dos pequenos agricultores do interior para as áreas litorâneas, para trabalhar com a pesca como também em direção à cidade, como Paranaguá que estava em forte crescimento Raynaut; Zaroni; Lana (2018).

Essa crise na economia do litoral conforme IPARDES (1989) está associada à fragilidade de sua economia, resultado da condição diferenciada do litoral paranaense em relação às demais regiões do estado. Pelo seu isolamento, clima, geografia enfim teve um desenvolvimento por muito tempo isolado do demais do estado, sem grandes investimentos e políticas de desenvolvimento para a região como destacado no texto.

A história da ocupação do Paraná traçara seu destino como um Estado voltado intensivamente as atividades agrícolas, seja a produção de produtos exportáveis, seja a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Nesse sentido, a região litorânea, dada suas características físico climáticas pouco aptas para o desenvolvimento intensivo de atividades agrícolas, ficará à margem do dinamismo que vem marcando a economia paranaense (IPARDES, 1989, p. 11).

Essa condição manteve uma riqueza natural muito grande presente em seu território, mas que não se expressou na condição de vida de sua população. Como coloca IPARDES (1989), essa situação trata-se da forma como o poder nacional e estadual tratou essa região até então, caracterizada como um território que não daria lucro significativo, foi deixado de lado fazendo com que a população mais pobre ficasse desassistida e acabasse pagando por isso.

Investimentos Públicos e Infraestrutura

A partir do final da década de 1960 iniciou-se um grande ciclo de transformações no litoral paranaense, com políticas públicas de investimentos na área agroflorestal e agropecuária como também a criação de duas estradas, “[...] a BR 277 que liga Curitiba a Paranaguá e da PR 405 entre Antonina e Guaraqueçaba” (Borsatto et al, 2007). E acrescenta Miguel e Guérault sobre o assunto que:

Em meados dos anos 60, o governo federal elaborou uma política de incentivos fiscais visando o desenvolvimento de atividades agroflorestais: o programa Fiset (Fundos de Investimentos Setoriais). A implementação deste programa incentivou uma série de empresas e indústrias a constituírem grandes propriedades agrícolas no litoral paranaense, apropriando-se de terras ainda devolutas ou adquirindo aquelas pertencentes aos agricultores familiares, obrigados pela crise agrária a deixar a região. Em outros casos, pura e simplesmente

expulsaram os agricultores pela força ou por manobras jurídicas (MIGUEL; GUÉRAULT, 1990 *apud* MIGUEL; ZANONI, 1998, p. 10).

Destaca-se que muitas dessas terras devolutas estavam em posse de pequenos agricultores nativos da região, destes agricultores que foram expulsos que não migraram para as periferias das cidades próximas, se instalaram entre os vales e litoral da região em terras menos valorizadas (Pires, 2008).

Esses novos investidores implantaram grandes latifúndios, com sua economia voltada principalmente à exploração da madeira e do palmito, cafeicultura, criação de gado e de búfalos (Miguel, 1997 *apud* Zanoni et al., 2000). Já as estradas transformaram muito o acesso à região, mudando rotas que antes eram feitas apenas por via fluvial. Processo que criou novas possibilidades de relações sociais, comerciais e produtivas, e com os rio foram perdendo essas funções (Raynaut; Zanoni; Lana, 2018).

Nesse sentido, Raynaut; Zanoni; Lana (2018) elencaram grandes tendências no litoral paranaense, imposta pelo processo de transformação pelo qual passou entre as décadas de 60 e 70: Entre elas a chegada de novos sujeitos adaptados a uma lógica de acumulação de capital principalmente em torno da terra, utilizando-se da especulação fundiária, se beneficiando de políticas públicas que os favoreciam; E também a exclusão dos pequenos agricultores, gerando grande contradição, que se sucedeu em vários conflitos fundiários em torno da terra.

Esse novo cenário na realidade agrária da região gerou um forte processo de exploração dos recursos naturais, como o grande extrativismo dos palmitais nativos. E a derrubada da floresta, principalmente várzeas e planícies, para a introdução de espécies exóticas como de pinus, eucalipto e de pastagem, o que gerou grande impacto ambiental (Borsato, 2006).

Corneta (2005), em seu trabalho trata como esse processo dos anos 70 se deu no litoral norte, mais preciso nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba que tiveram maior inserção da bubalinocultura (criação de búfalos). Ele coloca que os incentivos fiscais abriram as portas para grandes fazendeiros criadores de búfalos, vindos dos Estados vizinhos do Paraná, e esses fazendeiros como já citado, em geral se apropriaram de grande extensão de terras utilizando-se de métodos legais e ilegais para isso. O autor destaca que, “[...] o ambiental também se faz presente neste processo, identificado no desmatamento, na compactação do solo, assoreamento e contaminação de cursos d’água”. O que demonstra como as fazendas de búfalo foram prejudiciais ao meio ambiente.

E acrescenta Corneta (2005) que esses pequenos agricultores que perderam suas terras, mesmo quem vivia como posseiro, foram expropriados e obrigados a se mudar para áreas

menos valorizadas, e menos férteis. Gerando dificuldades para a garantia de sua subsistência, sendo assim forçados muitas vezes a trabalhar como assalariados rurais nas fazendas de búfalos, ou até mesmo migrando para a periferia das cidades como Antonina e Curitiba.

No seu trabalho Corneta entrevista pequenos agricultores da região que tiveram as suas terras apropriadas pelas ongs que agiram principalmente a partir dos anos 1990, a fim de instalar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Trazendo relatos que elucidam como se dava a compra dessas terras por grandes empresas na região.

O senhor Ramires, ex-morador do Cupiuva, área rural de Antonina, relembra que: “As terras foram tomadas por povo estranho. Depois que nós saímos, que foi tomado pelo falecido Romildo. Depois foi indo, e foi um vendendo pra outro, que agora tá na mão do americano. Essa tal de ong aí! O terreno foi vendido a troco de cachaça. Ele não pagou tudo o que devia, entendeu? Ele era advogado e chegava perguntando quanto era o barraco? Nosso barraco era tudo de pau a pique, e a gente oferecia por 100 mil réis, e ele oferecia 50. O terreno era de 40 alqueires. Ali na ponte grande, cortava direto pro morro. Fazia divisa com o terreno dos Ribeiro. Hoje esse terreno é dessa firma!” (...) (20/04/2005) (Corneta, 2005, p. 3).

O avanço desse modelo foi muito forte e modificou a estrutura fundiária da região, processo esse que diminuiu em muito o tamanho das áreas em posse dos pequenos agricultores. Sobre esse impacto nas área rural de Guaraqueçaba, IPARDES (1989) traz dados que demonstram como as décadas de 70 e 80 mudaram totalmente a realidade agrária da região.

Em Guaraqueçaba, houve uma alteração significativa da participação dos diversos grupos de área na estrutura fundiária local. Os estabelecimentos com área inferior a 100 ha, que representavam 96,8% dos estabelecimentos rurais em 1970 e 59,0% da área total, tiveram sua área reduzida para apenas 6,9% da área total em 1985 [...], mesmo tendo continuado a representar 90% dos estabelecimentos rurais (IPARDES, 1989, p. 36).

Mesmo com todo o processo de apropriação das melhores áreas de terra e desta redução drástica das áreas de menor tamanho, ocorridos nas últimas décadas, a agricultura de subsistência ainda manteve-se muito importante, sendo responsável por grande parte da produção agrícola da APA. A produção de banana e mandioca ainda eram em 1987 as principais culturas agrícolas da APA, mesmo sendo cultivadas de forma tradicional com métodos rudimentares (IPARDES, 1995). Os dados de IPARDES (1995) são referentes a informações colhidas de uma pesquisa feita em 1987, dois anos após a criação da APA de Guaraqueçaba. Período esse em que as normas de manejo específico da APA ainda não

havam sido definidas e impostas, mas já se operava a partir da legislação federal e estadual para a proteção ambiental.

Frente a esse processo de degradação ambiental, ocupação das áreas de mata nativa que vinha ocorrendo na região, que a partir dos anos 80 foram criadas leis e estratégias para a proteção da biodiversidade da região, como a implementação das Unidades de Conservação, “como o Parque Natural do Marumbi, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba (1982), a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (1985), Área de Interesse Ecológico (1985), Zoneamento do Litoral (1989), Parque Nacional de Superagüi” (Raynaut; Zaroni; Lana, 2018, p.282). Esse processo regulamentou o uso do solo e dos recursos naturais como também, leis específicas em relação a pesca, e a extração do palmito.

Políticas de Proteção Ambiental

As novas políticas ambientais trouxeram benefícios à preservação da natureza, como por exemplo a paralisação do avanço das áreas de pastagem. Mas também trouxe grandes contradições a lógica de produção dos pequenos agricultores desse território, que já vinham passando por forte ataque a seu modo de vida, como as apropriações indevidas de suas terras, povo esse que compreendendo ou não sempre tiveram grande importância na preservação da natureza. Essas contradições dizem respeito às restrições colocadas por essas políticas de proteção ambiental, que em vista da realidade dos pequenos agricultores principalmente os de cultura caiçara tiveram que buscar formas alternativas a sua cultura para continuar vivendo nesse território (Borsato et al., 2007).

Como observado, foram criadas várias áreas de proteção ao meio ambiente, que tem diferentes nomenclaturas o que indica uma categorização desses espaços. Zaroni et al. (2000) lembra que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), são referentes a territórios de vários tamanhos destinados a uma forma de proteção ambiental, em que é possível a reprodução de uma economia sustentável sobre uma regularização específica para seu uso. De forma que, a partir de suas pesquisas Zaroni et al. (2000) comunga da ideia de que a visão de integração natureza e ser humano, defendida através das APAs acaba por ser limitada pois não dá valor à posição e opinião das comunidades locais, resultando assim em restrições que não dialogam com a realidade dos povos tradicionais.

Um exemplo dessa situação de distanciamento para com a realidade dos pequenos agricultores é a regularização da extração do palmito, determinando que a extração e a transformação desse produto seja feito apenas por empresas autorizadas, limitando sua

exploração apenas para grandes proprietários. Isso além de diminuir as possibilidades de subsistência, marginaliza esses sujeitos pois os força a praticar a extração ilegal do palmito, criando assim mais tensões e dificuldades para a permanência e reprodução das comunidades rurais, (Raynaut; Zanoni; Lana, 2018).

Zanoni et al. (2000) acrescenta que a prática de extração ilegal do palmito compromete ainda mais a preservação dos palmitais nativos, pois com o risco de uma prática perigosa, a extração acaba por ser muito mais predatória explorando o máximo possível. Situação que impacta negativamente a fauna da região, intervindo de forma degradante na biodiversidade. Isso mostra como uma restrição em prol da proteção ambiental ser mal estudada causa o efeito contrário.

As regulamentações ambientais da APA do litoral norte do Paraná, incidem em restrições à reprodução da vida dos pequenos agricultores da região. Elencando assim as três principais restrições:

- Autorizações obrigatórias para desmatamento e roçadas; esta restrição torna a lógica de produção dos agricultores dependente da autorização dos órgãos responsáveis pela fiscalização IBAMA e IAP (Instituto ambiental do Paraná). E a espera por essas autorizações muitas vezes demoradas prejudica esses sujeitos, que obedecem a um calendário agrícola. Pois acabam atrasando os manejos necessários, consequentemente diminuindo a qualidade e a quantidade de sua produção;
- Restrição ao desmatamento nas encostas e terrenos baixos; esta restrição atinge principalmente áreas destinadas à produção de milho, feijão, arroz e mandioca culturas ligadas a subsistência, alimentação e vendas. E é prejudicial pois além de restringir o uso de áreas historicamente utilizadas para a agricultura, diminui a área total o que diminui também a produção agrícola. Prejudicando também a manutenção da fertilidade do solo pois diminuindo o espaço agricultável como também o tempo de pousio;
- Proibição de desmatamento nas margens dos cursos de água; essa restrição compromete a qualidade da produção das culturas de banana e milho. Pois as áreas de margem dos rios são as mais adequadas para essas culturas, de forma que garante uma boa cobertura de solo e a sua fertilidade proporcionada pelos nutrientes trazidos pelas enchentes dos rios
- Proibição à caça de animais silvestres; como as demais restrições prejudicou e modificou a vida desse povo de forma que impactou na redução do acesso a proteína,

pois a carne de caça sempre fez parte da alimentação da população local (Zanoni et al, 2000).

Essas restrições são um exemplo de como a legislação ambiental foi impactante na vida dos pequenos agricultores da região, que em sua maioria produzia e se reproduzia de forma tradicional. De forma que a população local buscou naturalmente burlar essas restrições para continuar se reproduzindo, o que intensificou e gerou novas práticas prejudiciais ao meio ambiente, como afirmam os autores.

O desmatamento clandestino constitui uma estratégia em resposta a diferentes restrições. Para compensar os danos provocados pela obrigatoriedade de autorização prévia de desmatamento, ou pela interdição de cultivo nas margens dos cursos d'água ou nas encostas das montanhas, o desmatamento clandestino nas parcelas agrícolas se configura como uma importante estratégia para permitir a manutenção da superfície agrícola útil (SAU) dos estabelecimentos. Frequentemente, as parcelas desmatadas clandestinamente situam-se na mata secundária e não dispõem de boas condições de plantio (difícil acesso, grande declividade, solos frágeis e pouco desenvolvidos) (Zanoni et al, 2000, p.50).

Frente a isso Dumora pontua a distância entre a teoria e a prática da APA em relação às populações tradicionais, pois ao mesmo tempo que se valoriza a cultura caíçara se proíbe as práticas que caracterizam essa cultura. E se restringe justamente a forma como essas populações se relacionam com a terra e a natureza, sendo que foram esses aspectos que foram valorizados e argumentados para que se criasse “unidades de proteção de uso sustentável” (Dumora, 2006).

E na análise de Zanoni et al (2000) um dos aspectos que causam esse distanciamento foi a imposição de uma política ambiental, que desconsiderou a realidade dos pequenos agricultores na medida em que não levou em consideração as suas práticas tradicionais para se pensar as restrições impostas a esse território.

Conclui-se portanto que as populações tradicionais que se formaram nesse território, se constituíram como pequenos agricultores e pescadores artesanais. Ao longo dos séculos passaram e vivenciaram várias transformações, que de alguma forma as impactaram, como as migrações e as crises econômicas que abalaram a região. Mas é a partir da década de 1960 que essas populações vão enfrentar um processo muito mais forte e rápido sobre a sua cultura.

Processo esse que trouxe novos sujeitos ao litoral que impuseram um novo projeto para o campo, com a expropriação da terra e a introdução de espécies exóticas de plantas e animais, como também o desmatamento e a exploração dos recursos naturais. Tudo isso, ao mesmo tempo que degradou o meio ambiente, também afetou as populações locais, que por

fim foram novamente impactadas pelas políticas de proteção ambiental, que na teoria tinha o objetivo de promover a proteção às comunidades tradicionais, mas que na prática afetou de forma negativa na reprodução e organização da vida dessas populações.

CAPÍTULO III

O Jornal Correio de Notícias

A imprensa em nosso país é muito antiga, mas seu uso como fonte histórica é recente fato que não se restringe ao Brasil. Pois os periódicos como fonte histórica só passam a ser considerados válidos pela historiografia, a partir da mudança proposta e alcançada pela Escola dos Annales, que a partir de 1930 inicia um processo de ampliação daquilo que era considerado fonte histórica. Mas é após as formulações da terceira geração dos Annales em meados da década de 1960 e 1970 que essas influências chegam a historiografia brasileira, legitimando o jornal como fonte histórica (Luca, 2005).

O fato do jornal ter se tornado uma fonte de pesquisa, traz múltiplas possibilidades para os historiadores, por se tratar de um documento muito difundido e presente no dia a dia da sociedade, é mais uma fonte à disposição para investigação. Mas como chama a atenção Lapuente (2015) os periódicos são documentos que necessitam de uma análise crítica com metodologia e critérios estabelecidos a fim de buscar uma boa compreensão dessa fonte. Pois trata-se de um documento que tem amplos aspectos a ser analisados, que vão além de uma determinada matéria, a ser lida e estudada como documento textual, de forma que também é importante entender de que tipo de matéria se trata, se é um artigo de opinião ou trata-se de um informativo policial, como também ter atenção para qual espaço essa matéria ocupa na organização do periódico, está em um espaço de destaque? Quais são os espaços de destaque desse periódico? e assim por diante.

Desta mesma forma se tem a necessidade de uma análise dos aspectos subjetivos dessa fonte, como quem são os seus donos e seus financiadores? A quais grupos de interesse estão vinculados? Com quais partidos ou instituições estão alinhados? São questões que contextualizam e vão revelando a natureza do periódico em questão (Lapuente, 2015). Esses passos são de extrema importância quando se trata de uma análise de jornal, pois o jornal é um instrumento político ideológico onde a informação está muitas vezes ligada a uma opinião, uma vontade de um determinado grupo social com seus objetivos, interesse políticos e econômicos, como afirma Zicman.

Partindo da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político ideológico e portanto toda a pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados. Mesmo quando não se faz história da Imprensa – está-se

sempre “esbarrando” nela, pela necessidade de historicizar os jornais (Zicman, 1985, p. 90).

Dessa forma entendemos que cada jornal é único e tem uma realidade específica, o que torna tão importante o trato metodológico com esse tipo de fonte. Demonstra como é difícil a utilização dos periódicos como fonte de pesquisa, e no caso deste trabalho que utiliza matérias do Jornal Correio de Notícias, se coloca o desafio de minimamente trazer elementos que nos aproximem desse periódico. Que como todos os jornais se têm uma multiplicidade de aspectos que são necessários para abranger sua natureza.

O “Correio de Notícias” tem sua criação em 1977 ainda no contexto da ditadura civil militar brasileira, período em que trabalhar com a informação era perigoso. Mas sua fundação se dá em um momento em que a ditadura, e sua capacidade de controle sobre a imprensa vinha perdendo força, diminuindo sua intensidade sendo que, em 1982, foi publicada a Portaria nº 577/82, de 16 de junho, que revogou definitivamente as portarias que regulamentavam a censura prévia de impressos Setemy (2018), trazendo assim mais liberdade a imprensa.

O jornal começou a operar a partir de sua fundação em 1977 funcionando em três períodos diferentes, sua primeira fase foi de 1977 a dezembro de 1979, depois de março de 1980 a fim de maio de 1980 e por fim durou mais tempo, de maio de 1984 a dezembro de 1995 (Paes, 2021).

O Correio de notícias tinha sua sede em Curitiba onde foi fundado e era editado, com ampla distribuição na capital e região metropolitana, mas já na década de 1980 estabeleceu várias sucursais espalhadas pelo estado, tendo representação nas cidades de “Umuarama, Paranaguá, Toledo, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Foz do Iguaçu” (Leandro; Barszcz, 2021, p. 96). Sendo que também tinha representações em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Dessa forma teve distribuição em todas as regiões do estado, tratava temas principalmente vinculados ao Paraná mas não deixava de trazer informações sobre o país e temas internacionais também.

Desde sua criação o Correio de Notícias tinha como objetivo cumprir com importante papel na política paranaense. Tendo uma posição contrária em relação à ditadura, sendo favorável a o movimento de redemocratização que se colocava no período (Paes, 2021), mas como destacou Alves da Silva “Apesar de ser um instrumento da oposição, seu caráter pode ser considerado moderado em relação à responsabilização dos militares, assim como daqueles políticos emedebistas aos quais estava vinculado” (Alves da Silva, 2023, p. 254).

O Correio de Notícias se colocava como veículo de imprensa neutro em relação à política, mas na prática cumpriu efetivo papel em defesa dos governos do PMDB na década de 1980, período que teve José Richa de 1983 a 1986 e Álvaro Dias de 1987 a 1991 como governadores do estado. Em 1984 o médico Celso Hilgert comprou o jornal dando início à sua terceira e última fase, o médico fazia parte do mesmo grupo político de Sebastião Rodrigues, que era deputado federal, e Fernando Ghignone, que era Secretário da Cultura, ambos do PMDB (Paes, 2021).

Celso Hilgert além de um renomado médico era uma liderança política do sudoeste do Paraná, natural de Pato Branco envolvido no MDB e posteriormente no PMDB. Foi presidente do partido em sua cidade e após a compra do Jornal Correio de Notícias se projetou ao cenário político estadual e nacional onde assumiu cargos administrativos como superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná (IPE), nomeado em 1986 durante mandato de José Richa então governador do estado pelo PMDB, (Max Rosenmann..., 1985). Em 1987 assume a presidência da Claspar (Empresa Paranaense de Classificação de Produtos) já no mandato de Álvaro Dias também PMDB, e no mesmo ano toma posse da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde (SNPES) a qual pertencia ao Ministério da Saúde (Posses..., 1987).

Sebastião Rodrigues Júnior era uma liderança do MDB como posteriormente do PMDB, assumindo posições de líder na assembleia legislativa do Paraná quando deputado estadual, também vice-líder do partido quando deputado federal tanto pelo MDB como pelo PMDB (Brasil, 2026). E Fernando Eugênio Ghignone assumiu o cargo de Secretário da Cultura, Esporte e Turismo do Estado, durante o governo de José Richa entre os anos de 83 e 86, posteriormente assumiu a secretaria no âmbito federal. Uma de suas ações como secretário estadual que chama a atenção em relação ao tema do presente TCC, é que, como secretário ele foi responsável pelo tombamento da Serra do Mar (Sanepar, 2011).

Esses sujeitos estavam totalmente alinhados com os governantes da época, principalmente Celso Hilgert que foi dono do jornal e o utilizou como ferramenta política em favor dos governos no PMDB. Em matéria do Correio de Notícias (1986) quando Celso Hilgert ainda era superintendente do IPE, o mesmo recebeu e organizou almoço de de campanha a Alvaro Dias quando o mesmo concorria a governador do estado, ambos com discurso de parceria em torno da administração do peemedebista.

De forma que com a sucessiva ascensão de Celso Hilgert na esfera estadual e nacional, quem compra a maior parte do Jornal Correio de Notícias é Silvio Name, que fazia parte do mesmo grupo político de Álvaro Dias, como afirma Paes.

No momento das eleições em 1986 termina-se o mandato de José Richa e o Correio apoia a candidatura de seu indicado: Álvaro Dias. O periódico também é comprado por Silvio Name que pertencia ao grupo político ligado a Álvaro Dias, que se elegeu governador do Paraná. Dessa maneira o Correio passa a dar sustentação ao chefe do executivo estadual, bem como receber verba da secretaria de Comunicação Social (Paes, 2021, p.10).

Os fatos destacados demonstram a proximidade e relações políticas que ligavam os donos jornal correio de notícias aos interesses dos governos do PMDB da época, sendo estes extremamente vinculados a esse partido.

O Jornal como Fonte

Foi utilizado como apoio metodológico para a pesquisa no Jornal o texto “A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira: reflexões metodológicas” de Teixeira (2023). O autor, com base na análise de conteúdos, desenvolveu uma pesquisa a partir do mecanismo de buscas da Hemeroteca Digital Brasileira com a utilização de palavras chaves.

Teixeira (2023) destaca que o uso de uma cópia digital do documento no caso de um periódico, não nos dá a mesma condição de análise como a se tivesse com um jornal em mãos. Por todos os aspectos materiais que isso envolve, mas principalmente pelo fato de ter disponível uma ferramenta de busca, isso muda a forma da pesquisa, possibilitando uma espécie de atalho, na busca de determinado tema utilizando se de palavras chaves. Mas é importante destacar também que o fato de utilizar palavras chaves, pode nos desviar por exemplo de alguma matéria importante, que esteja tratando do assunto sem citar tais palavras.

Neste trabalho como no de Teixeira (2023), a escolha das palavras chaves foram estabelecidas a partir da análise do contexto histórico presente na revisão bibliográfica, buscando estabelecer parâmetros como importância da palavra para essa discussão, e a própria recorrência dela na bibliografia estudada, como por exemplo as palavras caíçara e Guaraqueçaba.

Para a realização da pesquisa do periódico “Correio de Notícias”, foi utilizado a plataforma digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional (2024). A escolha do Jornal Correio de Notícias se deu principalmente pelo fato de ser o único jornal disponível na hemeroteca digital, com periódicos cobrindo o período estudado que são os primeiros anos da introdução da APA de Guaraqueçaba.

Assim, as buscas pelo periódico foram realizadas com o recorte temporal de 01/01/1985 a 31/12/1987. E as palavras chaves utilizadas no sistema de busca da plataforma foram “área de proteção ambiental”, “Guaraqueçaba”, “caiçara”, “búfalos” e “palmito”.

Em relação a escolha dessas palavras, Área de Proteção Ambiental, Guaraqueçaba e Caiçara se deram por sua centralidade na discussão do tema, já palmito e búfalo se tornaram central na medida que o estudo da bibliografia e a busca por palavras chaves era feito. O caso da palavra palmito, foi escolhida pela sua relação com a questão da subsistência histórica das comunidades caiçaras, e posteriormente da alternativa que se tornou frente às restrições ambientais, e ela se constatou mais importante ainda quando sua recorrência nos levou a várias manchetes policiais, envolvendo a população local as restrições ambientais. E sobre a palavra búfalo foi escolhida pois era considerada relevante na bibliografia, por se tratar de um viés produtivo no litoral norte do paraná que tem sua inserção a partir da década de 1960 e se tornou uma problemática social e ambiental no contexto estudado, e quando utilizada na busca no periódico nos levou a matérias que trazem muito da posição do Correio de Notícias e do governo em relação ao projeto produtivo para esse território.

Na tabela a seguir temos as palavras chaves e suas ocorrências na ferramenta de busca, entre o início de 1985 e o final de 1987, o resultado na tabela:

Tabela 1 – Palavras chaves

Palavras	1985 (ocorrências)	1986 (ocorrências)	1987 (ocorrências)	Total de ocorrências
�rea de proteção ambiental	3	4	3	10
Búfalo	7	18	16	41
Palmito	9	35	28	75
Guaraqueçaba	40	38	46	124
Caiçara	11	12	18	41

Como sugerido também por Teixeira (2023) a busca por palavras chaves vai nos levar muitas vezes a uma grande quantidade de ocorrências, que no caso da tabela acima chegou a um número total contando com todas as palavras de 291 ocorrências. Essa situação se trata de uma especificidade dessa ferramenta, como argumenta Teixeira.

Entretanto, aqui surge uma especificidade do objeto de estudo e que serve como um exemplo para a reflexão metodológica de uma pesquisa com essas

características, ou seja, os dados quantitativos são apenas padrões de referência, indícios que apresentam “presença (ou ausência)” e/ou frequência, mas que devem ser investigados, pois o relevante para a pesquisa mencionada é a “orientação ou tonalidade”, ou seja, “a posição do jornal frente ao tema de estudo” (Teixeira, 2023, p.426).

Nesse sentido, a partir da leitura das ocorrências buscamos selecionar aquelas que indicam materiais ou algum tipo de anúncio que sejam relevantes para o tema estudado, se balizando por informações colhidas nas referências bibliográficas (ver tabela 2). Lembrando que a ferramenta de busca por palavras chaves, vai fazer uma busca sobre todo o arquivo disponível, e como se trata de um jornal de abrangência estadual, as ocorrências podem estar vinculadas a outras regiões, principalmente no caso das palavras mais genéricas ou menos específicas para o tema em questão.

Tabela 2 – Palavras chaves e suas ocorrências sobre o tema

Palavras	1985 (ocorrências)	1986 (ocorrências)	1987 (ocorrências)	Total de ocorrências
Área de proteção ambiental	3	4	3	10
Búfalo	0	1	6	7
Palmito	0	9	7	16
Guaraqueçaba	10	4	5	19
Caiçara	2	2	4	8

A partir do processo de seleção das ocorrências reduzindo assim o material para análise, a próxima etapa é de decidir como realizar essa abordagem analítica e Teixeira (2023) sugere a redução das palavras chaves a ser analisada a fim de chegar a um tratamento mais qualitativo da fonte. Assim, na medida em que o processo de análise detalhada demanda tempo e espaço para discussão, optou-se por manter a discussão acerca das ocorrências da tabela 2, trazendo uma breve análise do que nos revela o conteúdo dessas ocorrências, apresentando algumas matérias para elucidar e dialogar com os apontamentos.

Em relação às ocorrências da palavra chave “Área de Proteção Ambiental”, são matérias que vão tratar sobre a proteção ambiental no território abrangido ou no entorno da APA de Guaraqueçaba. Essas matérias trouxeram principalmente ao papel e a posição do governo em relação a introdução da APA na região, em que se afirma a posição favorável do

mesmo, se colocando como defensor da preservação daquele espaço e das comunidades tradicionais.

Em relação à palavra chave “Guaraqueçaba” se tem também a posição do governo sobre a região norte do litoral, mas trazendo aspectos de investimentos e projetos. Onde cita-se o investimento nas cooperativas de pesca artesanal, mas se trabalha a ideia de uma região que deve ser projetada para o turismo tendo anúncios de investimento nas áreas urbanas ligadas a esse projeto.

Já sobre a palavra “caiçara” as matérias em sua maioria são no tom de que o sujeito caiçara pertence a um tempo antigo, compreendendo sua cultura como algo do passado, como por exemplo cita se neste artigo presente no jornal.

Os ilhéus e moradores de zonas rurais vivem ainda o século XVI. Isolamento não deve ser confundido como felicidade [...]. Os caiçara de Guaraqueçaba rural não tem os benefícios da vida moderna - educação, alimentação, assistência médica ou dentária - quanto mais os confortos (Renato, 1987, p. 4).

Como também tem matérias divulgado detalhadamente como é a vivência dos turistas no litoral, trazendo imagens e relatos estimulando o turismo na região, como trechos da matéria a seguir.

Participar sim, mas nunca mudando o cenário tão forte, manso, sensual, de um enredo espontâneo. A melhor receita é se deixar embalar pela paisagem e viajar para onde ela conduz. O espetáculo é ótimo e explode dentro de cada um. não precisa fabricar. Chega-se a ilha às 10h45min, cruzando o barco Tropicana II trazendo turistas. Entram e saem canoas de pescadores transportando mercadorias e os primeiros banhistas se instalam na praia. Ali, como em toda a extensão de areia, nada de barracas, esteira, guarda-sóis ou cadeiras. A ilha convida ao banco de areia, o céu como teto, estrelas e lua como luminárias, briza como ventilador, mar como cobertor. O motivo é simples. E grandioso. Ali está uma república sem governo, sem trânsito, avenidas, buzinas, poucas casas, pouquíssimas regras, natureza transbordando beleza em uma quase sacra virgindade (Rosirene, 1987, p. 15)

Constata se que existem no jornal várias matérias como esta, apresentando o litoral para um sujeito externo ao espaço, divulgando também festas e feiras com comida típicas e artesanato. Reforçado a ideia de que esse espaço e sua população está esperando turistas.

Como também se identificou a partir da palavra chave “Búfalo”, que de todas as matérias com essa ocorrência na região, somente uma matéria denúncia de forma muito breve que a criação de búfalos na região, ameaça a preservação da natureza e dos povos tradicionais, sendo esta matéria a mais pequena em relação às demais. E de outro lado, as demais materiais são de propaganda da produção de búfalos na região, como por exemplo;

Cerca de C /J 8.4 milhões (US\$ 200 mil) em recursos da resolução 63/Bacem estão sendo transferidos pelo Badep á Rincão Agropecuária, com a finalidade de dar maior apoio ao programa de criação de búfalos no litoral paranaense. Com esses recursos, a Rincão Agropecuária pretende consolidar o projeto que está implantando o desenvolvimento em Antonina, com vistas ao mercado consumidor de produtos de búfalo (carne, leite e couro) que está em franco desenvolvimento no Paraná. O rebanho bubalino paranaense é estimado em 70 mil cabeças. Atualmente, em sua maioria, concentra-se no litoral (Guaraqueçaba. Antonina e Morretes) e no norte (Londrina. Apucarana. Paranavaí e Jacarezinho). Existem criações em Laranjeiras do Sul e em outros municípios, mas com pequenos rebanhos (Badep..., 1987, p. 12).

Nessa matéria tem elementos de como se tinha investimentos via bancos estaduais para fomentar a produção de búfalos no litoral norte, pontuando que a maior concentração de búfalos do estado estava justamente nos municípios aos quais a APA de Guaraqueçaba abrangia. E sabendo a partir da revisão bibliográfica que as fazendas de criação de búfalos na região, causaram grandes contradições desde degradação ao meio ambiente e em alguns casos expropriação de terras dos pequenos agricultores da região. É importante destacar a parcialidade por parte do jornal nesse assunto.

No que se refere a palavra chave “palmito” as 16 ocorrências selecionadas, todas são materiais ou notícias de atuação militar a crimes ambientais causados por pessoas da região residentes em alguma das cidades da região norte do litoral. Tratam-se de pessoas pegadas em sua maioria com palmito in natura ou em conserva, como também algum caso de pessoas pegadas caçando com arma de fogo. Dessas notícias seis foram encontradas no livro de ocorrências militar do periódico como esta a seguir;

Atualmente, todas as atenções estão voltadas para Brasília num clima de indagações, esperança com muito suspense com relação à Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela nova Constituição brasileira.

Uma Constituição que se espera, direcione de forma racional, coerente e justa, as ações do povo brasileiro, para que junto com os direitos, também sejam cumpridos os deveres de cada um.

Deveres como o da responsabilidade e respeito pela natureza por parte do homem, que insensível, tem se arremessado contra ela como um desvairado, o qual, na ânsia de lucros exorbitantes não se preocupa com a preservação do meio ambiente, condenando as gerações futuras a conviverem com um verdadeiro deserto, sem o verde, sem as águas e sem os animais.

Trabalho do Batalhão de Polícia Florestal e dos diversos órgãos de proteção ao meio ambiente tem sido uma constante, procurando agir preventivamente e repressivamente: contudo, os predadores da natureza continuam agindo, obrigando a tomada de medidas mais severas, como aconteceu na última sexta-feira, quando uma equipe de policiais florestais da 2ª Companhia de Antonina, após um trabalho de dois dias no mato, surpreenderam apreenderam em flagrante delito, 14 (quatorze) cortadores de palmitos, que ilegalmente faziam o corte do produto numa área florestal localizada no rio Puni quara, município de Guaraqueçaba (Polícia..., 1987, p. 10).

Essa notícia que consta no livro de ocorrências do jornal, traz como as demais o relato de uma ação da polícia militar contra cortadores de palmito, e nela também contém um elemento a mais, que é os identificando como responsáveis pela destruição da natureza. Sendo que como vimos na revisão bibliográfica a ação das fazendas de búfalo degradam em maior escala o meio ambiente, cometem crimes ambientais mas não foi encontrada nem uma menção de alguma ação de natureza militar contra esses fazendeiros.

Conclui-se que seria necessário aprofundar mais a análise sobre as matérias do periódico, mas a partir desses aspectos pontuados contatasse a parcialidade do Jornal Correio de Notícias, principalmente quando as temáticas levam a discutir e a pensar sobre o modelo de desenvolvimento econômico para o litoral. Isso se expressa por exemplo quando se defende e reafirma a importância de desenvolver o turismo na região, como também notícia os projetos de ampliação da produção de búfalos na região, mas não menciona críticas sobre essa prática no que tange suas consequências negativas para o meio ambiente e as populações tradicionais.

Como também lega a população local uma imagem ruim quando se refere a os caiçaras como sujeitos atrasados, não reconhecendo a importância de sua cultura para a proteção do meio ambiente. Como também marginaliza ainda mais essa população quando cria generalizações em torno do corte do palmito, fazendo isso muito mas que discutir as causas da vulnerabilidade que leva e levou muitas pessoas na região a cortar palmito ilegal por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho se buscou compreender como os pequenos agricultores do litoral norte do Paraná foram impactados pelo conjunto de restrições ambientais impostas a partir do processo de introdução da APA de Guaraqueçaba na região. Portanto se entendeu que não foi apenas a APA de Guaraqueçaba que foi criada na região, mas sim uma série de Unidades de Conservação sendo elas de uso sustentável e integral estabelecendo muitas restrições ambientais.

Como se compreendeu também que existe um debate em torno do significado da palavra caiçara, que é caracterizada como populações tradicionais termo que também tem seu questionamentos, no sentido de que as palavras e conceitos estão sempre em construção e disputa teórica como também social, e esse processo se dá na medida que se tem uma disputa pelo seu significado, o que ficou evidente nas características apontadas sobre o sujeito caiçara pelo Jornal Correio de Notícias, sempre ligando o caiçara a ideia de algo obsoleto pertencente ao passado.

Constatou-se a relevância que os povos tradicionais têm para a preservação do meio ambiente, que carrega na sua cultura e conhecimento ancestral baseado em uma experiência histórica, conhecimento esse que é em grande parte vinculado a o espaço onde se vive, produzindo assim um saber específico de determinado território. De forma que a cultura caiçara é portadora de um conhecimento profundo do litoral paranaense, construído a partir de séculos de relação com esse meio ambiente. Sendo assim, uma das críticas aos modelos de unidades de conservação de uso sustentável é justamente a dificuldade em se estabelecer um diálogo que una a teoria científica a sabedoria das comunidades tradicionais, em prol de uma política ambiental mais efetiva. Pois uma pergunta que fica é, se essas UCs de uso sustentável não conseguir fazer isso, em que medida vão contribuir para com a sociedade e sua relação com a natureza?

Sendo que as restrições ambientais aplicadas no litoral norte, pelo menos nos primeiros anos desse processo, foi para a população tradicional a continuidade da marginalização que já vinha ocorrendo nas décadas anteriores. Em vista disso, sobre esse processo de marginalização é importante trazer, que a partir do estudo mesmo que breve do histórico da região percebesse algumas especificidades desse espaço. Que por ser isolado do demais do estado do Paraná não teve a mesma exploração intensiva nos séculos anteriores, preservando boa parte da sua cobertura nativa, sendo um dos motivos ainda da existência das

populações tradicionais na região. E quando perguntamos o porquê das comunidades tradicionais estarem acabando, devêssemos talvez nos questionar como ainda existem e entender de que forma resistiram até aqui, para pensar estratégias de auxiliar na sua continuidade.

A história desse povo na região é de muita resistência, pois como o litoral paranaense não estava nos planos de desenvolvimento do estado, as populações mais pobres enfrentam períodos de muita dificuldade. Como os incentivos para desenvolver a sociedade litorânea, em nem um momento da história visou incentivar e investir na cultura caiçara, o que não é por acaso pois essa cultura tradicional como as demais que se formaram no Brasil, são formas de viver e se relacionar com o mundo diferente da forma capitalista a qual é hegemônica em nossa sociedade. Então talvez possamos entender as décadas de 1960 e 70 de maior impacto desse modelo capitalista sobre o modelo tradicional nesta região. E talvez na década de 80 fique mais questionamentos, pois as políticas de proteção ambiental atingem as populações tradicionais, mas também o modelo capitalista para o campo com a contenção dos avanços das fazendas e madeireiras sobre o meio ambiente. Isso são elementos que o Jornal Correio de notícias também traz, como os incentivos estatais ao turismo, mas também para com os produtores de búfalos.

Sendo assim a compreensão do jornal como inevitavelmente uma ferramenta política e econômica, leva nos a entender o Jornal Correio de Notícias pela sua proximidade a figuras do governo da época, como mais uma arma a ser usada em benefício do projeto capitalista para o litoral, que mesmo que não tem ficado entendido que projeto é esse, as matérias do jornal apontavam para algo nesse sentido na medida que as matérias replicaram e defendem a posição do governo em torno do seu projeto de desenvolvimento do litoral.

Em vista disso são conclusões e questionamentos que ficam, e necessitam de mais análise e aprofundamento para se avançar na compreensão desse processo. Logo é fato que nos dias de hoje se torna necessário debater e compreender sobre a temática ambiental, pois vem ganhando cada vez mais centralidade na sociedade, na medida que a humanidade está sendo progressivamente impactada pelas consequências da sua própria ação para com a natureza. Ainda existem algumas comunidades tradicionais no litoral norte paranaense, que mesmo com as transformações detém aspectos e permanências da cultura caiçara, sendo assim ainda podem ser uma possibilidade para se pensar novas formas de relação entre ser humano e natureza.

REFERÊNCIAS

ALVARO reafirma compromisso no IPE. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano 6, n. 1.579, p. 3, 1986. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/14022. Acesso em: 6 jun. 2026.

ALVES DA SILVA, L. **Entre temores, rancores e esperanças: reconciliação, “revanchismo” e anistia nas páginas da imprensa paranaense (1979)**. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 250–279, 2023. DOI: 10.36449/rth.v27i2.30388. Disponível em: <https://e-reversible.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/30388>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ANACLETO, Adilson; ANDREOLLI, Vanessa Marion; MURARO, Daniel; ANACLETO, André Fernando Miyadi. **As relações entre extrativismo, justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná**. In: Congresso Internacional de administração. Ponta Grossa: [sn], 2007.

BADEP financia a criação de búfalos. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano 7, n. 1811, p. 12, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/19139. Acesso em: 05 jul. 2026.

BORSATTO, Ricardo Serra; OTTMANN, Michelle Melissa Althaus; FONTE, Nilce Nazareno; CIDADE JÚNIOR, Homero Amaral; ALANO, Elsi do Rocio Cardoso; CAVALLET, Valdo José. **Problemas Agrários do Litoral Paranaense: abordagem histórica**. *Ciências Agrárias*. 2007; 8(4):421-429. [fecha de Consulta 9 de Enero de 2024]. versão impressa ISSN: 1519-1125. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99516262011>.

BORSATTO, Ricardo Serra. **Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. 2006. Monografia. Universidade Federal do Paraná.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Biografia de Sebastião Rodrigues Júnior. Brasília, DF, 2026. Disponível em: camara.leg.br. Acesso em: 27 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF. 18 de julho de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Conheça a Hemeroteca Digital Brasileira**, [S. l.]: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/conheca-a-hemeroteca-digital-brasil#:~:text=A%20Hemeroteca%20Digital%20Brasileira%20%C3%A9,anu%C3%A1rios%20C%20boletins%20e%20publica%C3%A7%C3%B5es%20seriadas>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que são as Unidades de Conservação?**. [S. l.]: Ministério do Meio Ambiente, [2000?]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html#:~:text=Todas%20as%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o,e%20objetivos%20a%20serem%20atingidos>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CORNETTA, Andrei. **A Mata Atlântica Privada: Conflitos Agrários na APA de Guaraqueçaba-PR**. USP, 2005.

CUNHA, Lúcia H. de Oliveira; ROUGEULLE, Marie D.; BEHER, Miguel F. von. **Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. São Paulo: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 3 / NUPAUB, 2004.

DIAS DE CAIÇARA. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (45 min). Publicado pelo canal Dialeto Documentários. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0AcEBBIUQ6Q>. acesso em: 21 nov. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. a Edição, editora Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, SP. 2001.

DIEGUES, A. C. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001b. p. 97-124.

DUMORA, Catherine. **Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba**. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 14, p. 47-67, 2006.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

IPARDES - Fundação Edison Vieira. **APA de Guaraqueçaba: caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais**. Curitiba, 1989.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. *Encontro Nacional de História da Mídia*, v. 10, p. 1-12, 2015.

LEAL C.T. **Conselho do litoral: gestão democrática do espaço costeiro**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 99, p. 83-95, 2000.

LEANDRO, José Augusto; BARSZCZ, Marcos Vinícius. **A AIDS personificada no jornal Correio de Notícias (PR), 1987 a 1992**. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-105, jan./mar. 2021.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Lana. **Estuário**. *Toda Matéria*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estuário/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Max Rosenmann deixa o IPE. Correio de Notícias, Curitiba, 27 dez. Ano V, n. 1355, p. 3, 1985. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/9596?pesq=%22celso%20hilgert%22 Acesso em: 30 maio 2026.

MIGUEL, L. A; ZANONI, Magda M. **Impactos sócio econômicos de uma política de proteção ambiental sobre os agricultores familiares e produtores rurais do litoral norte do Estado do Paraná.** Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Poços de Caldas, 1998, pp.179 – 191.

PAES, Gustavo Josué Simoni. **Religião, Constituição e Impresso: A representação do ensino religioso no Jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8.** Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC, n. 10, 2021.

PARANÁ. **Mapa Unidades de Conservação.** Curitiba: Instituto Água e Terra, 2026. Disponível em: <https://geopr.iat.pr.gov.br/portal/apps/mapviewer/index.html?webmap=749d93a275074fc8a851331c54dda197>. Acesso em: 08 jan. 2026.

PARANÁ. Secretaria da Comunicação. **Paraná é o Estado que tem maior remanescente da Mata Atlântica.** Curitiba: Desenvolvimento Sustentável, 2020. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-o-Estado-que-tem-maior-remanescente-da-Mata-Atlantica>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável. **Paraná tem novo mapeamento de cobertura vegetal.** Curitiba: Instituto Água e Terra, 2020. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Parana-tem-novo-mapeamento-de-cobertura-vegetal>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável. **Unidades de Conservação (UCs) e suas categorias de manejo.** Curitiba: Instituto Água e Terra, [2022?]. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Unidades-de-Conservacao-UCs-e-suas-categorias-de-manejo> . Acesso em: 21 fev. 2024.

PIERRI, Naína; ANGULO, Rodolfo José; SOUZA, Maria Cristina; KIM, Milena K. **A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 13, 2006.

PIGOSSO, Ariane Maria Basilio; DOS SANTOS MOSCAL, Jandaíra; GOLDBACH, Jackson. **Conflitos ambientais no litoral norte do Paraná: um mapeamento preliminar.** Guaju, v. 4, n. 1, p. 107-125, 2018.

PIRES, Indianara Cristina. **Comunidades tradicionais em unidades de conservação: O caso do projeto de assentamento agroflorestal José Lutzenberger na APA de Guaraqueçaba-PR. 2008.** Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná.

Polícia Florestal realiza apreensões. Correio de Notícias, Curitiba, ano 7, n. 1706, p. 10, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/16693. Acesso em: 05 jul. 2026.

POSSES. Correio de Notícias, Curitiba, ano 7, n. 1.951, p. 3, 1987. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/325538/per325538_1987_01951.pdf. Acesso em: 6 jun. 2026.

PROCOPIAK, Leticia; FERNANDES, Luciano; MOREIRA-FILHO, Hermes. **Diatomáceas (Bacillariophyta) marinhas e estuarinas do Paraná, Sul do Brasil: lista de espécies com ênfase em espécies nocivas**. Biota Neotropica. 6. 10.1590/S1676-06032006000300013, 2006.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda; LANA, Paulo da Cunha. **O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver?**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 47, 2018.

RENATO, Schaitza. Correio de Notícias, Curitiba, ano 7, n. 1760, p. 4, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/17915. Acesso em: 5 de jul. 2026.

ROCHADELLI, Roberto; CRESPO, Ivan; HOSOKAWA, Roberto Tuyoshy ; KASSEBOEHMER, Ana Livia ; SCHNEIDER, Alessandro Vinícios. **Restrições e impactos da legislação ambiental no município de Guaraqueçaba, PR**. Floresta, [S.I.], v.43, n. 3, p. 495-502, 2013. ISSN 1982-4688. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/25034/21093>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ROSIRENE, Gemaél. Correio de Notícias, Curitiba, ano 7, n. 1.672, p. 15, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/16006. Acesso em: 5 jul. 2026.

SANEPAR. **Fernando Ghignone é o novo presidente da Sanepar**. Curitiba, 2011. Disponível em: sanepar.com.br. Acesso em: 27 mai. 2026.

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-191, jan./abr. 2018.

SULZBACH, Mayra Taiza (org.); ARCHANJO, Daniela Resende; QUADROS, Juliana. **Litoral do Paraná: território perspectivas, volume III: Dimensões desenvolvimento**. Autografia, Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, João Vitor De Armas. **A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira**. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 8, n. 14, p. 415-431, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. **Mapa de localização da APA de Guaraqueçaba**. [S. l.: s. n.], 2016. Escala 1:250.000. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~edugeo/GB130/Mapas_Tematicos_2016/01_MapadeLocaliza%C3%A7%C3%A3o_Rev2016.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

ZANONI, Magda M.; FERREIRA, Angela Duarte D; MIGUEL, Lavalis A.; FLÜRIANI, Dimas; CANAL, Naldy; RAYNAUT, Claude. **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental**. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 2, 2000.

ZICMAN, Renée Barata. **História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas**. História e Historiografia, São Paulo, v. 4, jan./dez., p. 89-102, 1985.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 04 de maio. 2026.